



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LUIZ GUSTAVO ARAÚJO DA CRUZ CASAIS E SILVA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESEMPREGO: CASO DO PÓLO
PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI**

SALVADOR

2013

LUIZ GUSTAVO ARAÚJO DA CRUZ CASAIS E SILVA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESEMPREGO ESTRUTURAL: CASO DO
PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé

SALVADOR

2013

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

S586 Silva, Luiz Gustavo Araújo da Cruz Casais
Reestruturação produtiva e desemprego estrutural: caso do Pólo Petroquímico de Camaçari./ Luiz Gustavo Araújo da Cruz Casais e Silva. – Salvador, 2013.
82f. il.;

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé.

1. Desemprego. 2. Mercado de trabalho. 3. Indústria petroquímica - Bahia. I. Caffé, Antonio Ricardo Dantas. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 331.137

LUIZ GUSTAVO ARAÚJO DA CRUZ CASAIS E SILVA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESEMPREGO: CASO DO PÓLO
PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovado em 04 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. Antonio Ricardo Dantas Caffé
Faculdade de Economia da UFBA

Bacharel em Economia Elizabeth Moura Germano Oliveira
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Luiz Antonio Mattos Filgueiras
Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus Cristo pelo Seu amor, misericórdia e por ter me dado uma vida abundante.

Agradeço também a meus pais, Maurício e Thelma, pelo seu enorme zelo, dedicação e amor.

A meus irmãos, Felipe e Pedro, que também foram essenciais na formação de meu caráter. À minha grande parentela, em especial meus primos Papá e Guinho com quem tive muitas oportunidades de me divertir, jogando D&D e debatendo assuntos polêmicos.

Ao meu orientador, professor Caffé, por sua dedicação, incentivo e sua maneira descontraída de lidar com as situações da vida.

A Pedro Pina, a todos os meus colegas da turma de 2008, em especial João “Johnny B. Goode”, Maurício da Bahia, Rafael Noronha, todos os outros companheiros da faculdade que participaram dessa caminhada e ao grupo de pesquisa orientado pelo professor Filgueiras.

A meus irmãos em Cristo: Ryana, Lucas Rolim, Danilo Carvalho, O2 Brotas, Expresso da Solidariedade, banda Haima e tantos outros dessa enorme família.

Andam desarticulados os tempos.

Shakespeare, *Hamlet*

RESUMO

Este trabalho estuda o conceito da reestruturação produtiva, as suas consequências atuais no mercado de trabalho e sua correlação com o desemprego. Nesse sentido, o Pólo Petroquímico de Camaçari, localizado no município de Camaçari na Região Metropolitana de Salvador, é utilizado como o local de investigação, no qual se quer saber se tais consequências da reestruturação produtiva no mercado de trabalho de maneira geral, observadas pelos pesquisadores, possuem alguma convergência para o contexto local. Através da revisão de literatura, sobre a qual muito já se escreveu, percebe-se que existe uma grande convergência de tais consequências em vários países do mundo. Isso se torna um dado alarmante visto que os direitos dos trabalhadores, após longa luta, têm sido desconstruídos por decisões políticas da mais avassaladora lógica capitalista. A pesquisa revela que esses efeitos no Pólo Petroquímico de Camaçari não são diferentes, quais sejam: aumento do desemprego, informalização e precarização do trabalho.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Desemprego. Pólo Petroquímico de Camaçari – Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução e tendência dos empregos ao longo do tempo 59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FORDISMO E TOYOTISMO	11
2.1	ONDAS LONGAS	11
2.2	ASCENSÃO DO FORDISMO	11
2.3	O FORDISMO ANTES DA II GUERRA MUNDIAL	15
2.4	DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL (TOYOTISMO)	17
2.5	TOYOTISMO OU ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	21
3	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESEMPREGO ESTRUTURAL	29
3.1	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	29
3.1.1	Neoliberalismo	31
3.1.2	Globalização	34
3.1.3	A convergência dos três fenômenos	36
3.2	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL	37
3.3	DESEMPREGO ESTRUTURAL	49
3.3.1	Desemprego na teoria econômica	49
3.3.2	Aspectos iniciais	50
3.3.3	Desemprego estrutural e desemprego tecnológico	52
3.3.4	O desemprego estrutural viabiliza a precarização?	58
4	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI: PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO NA RMS	64
4.1	INSTALAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI	64
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO E O NOVO-TRABALHADOR NO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI	69
4.3	DO FORDISMO À PÓS-MODERNIDADE FABRIL: UMA INVESTIGAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI E SUAS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO	71
5	CONCLUSÃO	77
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Observa-se que ao final do século XX não foram poucas as previsões catastróficas que tentaram imaginar algo sobre o fim da história, ciência, ética, moral, do trabalho, do capitalismo etc. Na verdade, o que muitos teóricos da Economia e da Sociologia do Trabalho apontam é um agravamento e acirramento das relações de exploração do capital sobre o trabalho humano, levando esta condição ao seu mais alto nível de precarização.

As relações de trabalho, através das mais variadas formas de inserção acabam assumindo e desenvolvendo novas formas, ao mesmo tempo em que recuperam, reproduzem e transformam formas antigas. Com isso, transforma-se, também, a realidade, as condições de vida e as relações sociais entre os próprios homens. Neste leque de transformações ocorridas nas relações de trabalho, o desemprego e a precarização aparecem como um fenômeno central, fundamental para a compreensão desta nova etapa do capitalismo.

Desde a crise estrutural do fordismo na década de 1970, o mundo presenciou o início de uma série de mudanças que perpassam pelo regime de acumulação capitalista. O keynesianismo/fordismo, que foram essenciais para os trinta gloriosos anos do capitalismo (1945 - 1975), não foram capazes de superar os entraves da baixa lucratividade, concorrência mundial, do baixo crescimento do Produto Interno Bruto e da crescente força de articulação do sindicalismo combativo. Dado esse cenário, as empresas se modernizaram e modificaram suas estruturas produtivas a fim de responderem a essas novas exigências do mercado. A reestruturação produtiva, contudo, não veio desacompanhada de alguma articulação: ela está intrinsecamente coligada ao neoliberalismo e à globalização. Com isso, o toyotismo surge como alternativa ao fordismo não só como padrão de gestão do trabalho, mas vinculado à ideologia neoliberal e à globalização como alternativas ao *Welfare State*.

A questão da reestruturação produtiva também possui um outro viés a ser considerado quanto às transformações no mercado de trabalho. A literatura sobre o tema mostra que desde a introdução dos métodos toyotistas de produção, apesar de se constatar um crescimento da produtividade do trabalho, o mercado de trabalho tornou-se cada vez mais assimétrico pendendo para o lado do patrão. Isto é, o trabalhador tem perdido munição para defender suas demandas e seus direitos, frutos de um longo e árduo embate entre capital x trabalho. Percebe-se que a principal arma do capital para tal, fruto do toyotismo, é o desemprego. A partir do

medo em se tornar um desempregado, o trabalhador acaba cedendo e se submetendo à outra face da reestruturação produtiva, qual seja, a precarização trabalho.

No caso do Brasil, o fordismo se instalou através do ímpeto estatal da industrialização do país. Esse fordismo foi chamado por Lipietz (1989) de “fordismo periférico” por ser vinculado e subordinado, de alguma forma, às demandas dos países centrais. Enquanto o fordismo no mundo entrava em decadência, no Brasil buscava consolidá-lo através de fortes políticas desenvolvimentistas fomentadas pelo Estado. Nesse contexto, em 1978 o Pólo Petroquímico de Camaçari, localizado no município de Camaçari na Região Metropolitana de Salvador, foi inaugurado a fim de levar o desenvolvimento local e regional. Contudo logo em meados da década seguinte, o Pólo Petroquímico entrou numa crise e foi forçado a implementar a reestruturação produtiva, cujas consequências foram o desemprego e a precarização do mercado de trabalho metropolitano.

Desta forma, é mister apresentar no segundo capítulo uma abordagem histórica e sociológica para o conceito do toyotismo. Para tanto, se fez um apanhado geral do surgimento, das características e de suas consequências no plano político advindo do período fordista. O toyotismo, por um ponto de vista, representa o reflexo das transformações emergidas de uma crise estrutural do capitalismo e um importante pilar da reestruturação produtiva mundial.

Feita essa importante discussão, é apresentado no capítulo seguinte a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural. Na primeira seção é visto que a reestruturação produtiva possui uma convergência e uma relação de complementariedade com o neoliberalismo e a globalização. A princípio estes três são como pilares surgidos de forma independente que porém têm afinidade entre si e sustentam as transformações da malha social. Na seção seguinte, é abordada a história da reestruturação produtiva brasileira e como ela se insere ao neoliberalismo, à globalização e à reestruturação produtiva. Na terceira seção, expõe-se o conceito do desemprego em três diferentes escolas do pensamento econômico; além disso é trabalhado o conceito do desemprego estrutural e as características do emprego e desemprego pós-reestruturação produtiva.

O quarto capítulo mostra, a partir do que foi exposto no segundo capítulo, como o Pólo Petroquímico de Camaçari se localiza no contexto histórico brasileiro, a sua importância como gerador de empregos de caráter fordista na Região Metropolitana de Salvador e como

ele se insere na reestruturação produtiva. Neste último tópico, é visto que o Pólo Petroquímico, ao invés de incorporar mão-de-obra, foi um grande gerador de desempregados os quais foram expostos à informalidade e ao emprego precarizado. Isto é, a fábrica é descaracterizada de um local de muita oferta de postos de trabalho, com ótimas remunerações e garantias trabalhistas para um local no qual a terceirização, a precarização e o desemprego são os imperativos.

2 FORDISMO E TOYOTISMO

2.1 ONDAS LONGAS

Ao longo da história do capitalismo desde o surgimento da grande indústria, se observa que sua dinâmica passa por uma série de altos e baixos, apresentando-se como um comportamento cíclico. Quando a sua dinâmica está em trajetória descendente, verifica-se a ocorrência de crise e quando está em trajetória ascendente, período de bonança. Contudo o conceito não deve ser entendido como uma mera adequação do termo, significando uma dinâmica estrutural mecanicista de automaticidade e repetição nas evidências históricas. A economia mostra que existe um comportamento cíclico de ascendência e de descendência, a partir do qual se extrai o conceito de “ondas longas” (HUSSON; LOUÇÃ, 2012).

O conceito de ondas longas, como o próprio nome diz, trabalha com longos períodos de tempo – ferramenta a partir da qual auxilia a investigação deste trabalho. O período estabelecido no estudo mostra como se comporta a onda longa: existe, num primeiro momento, uma tendência mais geral de ascensão da taxa de lucro e crescimento do PIB ao longo do fordismo e, no segundo momento, uma tendência descendente dessas taxas a partir da crise do fordismo em 1975 e a ascensão do toyotismo. Ao longo dessa onda longa, pode-se dizer que existem “ondas curtas” nas quais as inflexões são bem mais frequentes e por isso de curto prazo.

Dessa forma, o toyotismo surge a fim de tentar resolver os problemas estruturais do fordismo, quando a onda longa está em sua trajetória descendente, altera-se o regime de acumulação, o paradigma técnico-econômico, a regulação social e a divisão internacional do trabalho (HUSSON; LOUÇÃ, 2012).

2.2 ASCENSÃO DO FORDISMO

O método de organização feito por Henry Ford, o qual foi rotulada na década de 1980 de Fordismo pela Teoria da Regulação, foi implementada em 1914 em sua fábrica de automóveis, na qual o principal marco foi o estabelecimento da jornada de trabalho de oito horas diária com remuneração de 5 dólares por hora. A consequência imediata foi o aumento estrondoso da produtividade de cada trabalhador comparado com o método utilizado

anteriormente. Basicamente, adotou-se uma linha de montagem sobre a qual peças do automóvel passavam e um grupo de trabalhadores era acionado para realizar a montagem. A maneira como a qual ela foi estabelecida mudou extraordinariamente a organização produtiva das fábricas, a saber: os custos de produção reduziram-se tremendamente; o patrão podia agora ditar o ritmo da produção em detrimento de uma menor autonomia do trabalhador; e em compensação aquele que optasse por esse sistema era premiado com 5 dólares por hora¹. E assim esse foi o corolário de Ford: 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 de sono². Essa estrutura fordista vigorou por quase sessenta anos, podendo ser associada diretamente com a estrutura político-econômica do *Welfare State*.

A produção de automóveis era quase toda verticalizada com a produção internalizada de praticamente todas as peças do automóvel, porém, apenas algumas outras peças eram deixadas a terceiros. O desperdício era evitado ao máximo através da introdução da produção baseada no taylorismo – produção em massa de mercadorias que se estruturava a partir de uma produção homogeneizada – diminuindo ainda mais os custos de produção. Pode-se, além disso, caracterizar o fordismo como algo muito maior do que um mero sistema de organização da produção. Ele foi fundamental para o crescimento de uma nova cultura, uma nova forma de organização social. O fordismo foi a base sobre a qual a sociedade estadunidense se desenvolveu no início do século XX, trazendo como *slogan* da modernidade (HARVEY, 2011).

A organização dos trabalhadores estruturou-se na fragmentação e na separação das tarefas, reduzindo a complexidade de cada atividade. O trabalhador no período anterior, por outro lado, era acostumado a realizar tarefas complexas que exigiam destreza e habilidade com as mãos e, por isso também, detinha o conhecimento do processo inteiro de produção. Com a introdução da organização produtiva fordista, cada trabalhador passou a ter controle somente de uma pequena parte da produção, se especializando naquela tarefa incumbida a ele. De fato, o aumento da especialização de uma tarefa incrementa a produtividade do trabalho, porém o trabalhador fica fadado a realizar uma atividade rotineira exaustiva e repetitiva, de tal maneira que o trabalho nas fábricas era quase que reservado ao imigrante. Dessa forma, era observada uma altíssima rotatividade da força de trabalho nas fábricas de Ford (HARVEY, 2011).

¹ A General Motors, em 1904, necessitava de 1.300 hora/homem para produzir um carro; em 1932 eram necessárias menos de 19 horas. (LA FERVER, MORTIER, 1924, *apud* RIFKIN, 1995, p. 18).

² É dito que estas oito horas de lazer foram estabelecidas para que os trabalhadores tivessem tempo suficiente para consumir a própria produção.

Os impedimentos que os trabalhadores enfrentaram sob a organização fordista vão além. Apesar de a Revolução Industrial ter acontecido há algum tempo, a formação do Exército Industrial de Reserva, a partir do fluxo migratório da zona rural para a zona urbana, não foi suficiente para fazer com que as pessoas aceitassem facilmente essa nova organização do trabalho, muito pelo contrário a rejeição pelos trabalhadores ainda era considerada forte para ampliação do sistema fordista. Nos anos 1910 e 1920, quando a introdução do taylorismo/fordismo se difunde nas indústrias, as mobilizações dos operários se intensificaram: o ataque contra a desqualificação, o rígido controle “dos tempos e movimentos”, o sistema de pagamento por prêmio, a perda de autonomia e a parcelização na divisão das tarefas. Porém, com o desgaste do patronato, a imposição do taylorismo/fordismo, não para por aí, conforme explicita Druck (1995):

Na Inglaterra, por exemplo, ainda que tenha contado com a acolhida das organizações sindicais oficiais, ‘a organização científica do trabalho’ despertou uma importante oposição durante os 1920 e 1930, quando eclodiram numerosas greves. (...) É importante não perder de vista que, ao contrário dos EUA, onde o taylorismo foi introduzido num contexto de crescimento econômico, na Inglaterra sua difusão ocorreu num momento de crise e desemprego que, ao mesmo tempo que enfraquecia as condições de luta dos trabalhadores, incitou-os a reagir aos riscos sociais da aceleração da produtividade(...) Também na França, já em 1912, nas greves da Renault, os operários reivindicavam a eliminação da cronometragem e uma elevação de 20% nos tempos de execução determinados pelos cronometristas (...) Citando um documento da época, Claude Durando (1979, p. 81) fornece um exemplo como esses trabalhadores encaravam o processo em curso: ‘o patronato quer privar os operários de toda a iniciativa em seu trabalho (...) tirar-lhes toda a sombra de influência direta sobre a marcha da produção. Já não permite aos operários de pensarem. Desta maneira é como o patronato espera reduzir o nível mental dos trabalhadores, tirar-lhes o gosto pelo trabalho e ao mesmo tempo privar-lhes de todo ideal’. (LEITE, 1994, p. 67-68 *apud* DRUCK, 1995, p. 40-41)³.

Foi daí que Ford percebeu a necessidade de se pagar um salário bem maior do que a média para que as pessoas aceitassem trabalhar sob este regime, muito embora a tradição ainda fosse um obstáculo a ser superado. Pois os trabalhadores, que se utilizavam de técnicas tradicionais de produção de veículos, já sabiam que tal organização não seria tão benéfica, na medida em que eles estariam totalmente a mercê da máquina e logo do patrão.

³ As contradições entre capital e trabalho vêm se acirrando velozmente com a crescente introdução de novos métodos de trabalho cujo objetivo é retirar o máximo de mais-valia do trabalhador. No final das contas, a força de trabalho é cada vez mais subjugada e precarizada por este sistema de valorização de mercadoria, tendo como base a valorização do valor-de-troca em detrimento do valor-de-uso (ANTUNES, 2009).

Assim, Druck (1995) segue com a argumentação de que EUA possuía uma combinação de costume e racionalização da produção para que a implementação do fordismo fosse realizada com sucesso:

Para Gramsci, a sociedade industrial – o industrialismo –, que se torna hegemônico na América, encontra um ambiente extremamente favorável para seu desenvolvimento, dadas as condições históricas e culturais, onde o “racionalismo” consegue se difundir sem grandes obstáculos. No entanto, o “império Ford” para se estabelecer, precisou combinar o uso da tecnologia – a linha de montagem –, indissolavelmente ligada à gerência racional do trabalho, que exigiu a destruição do sindicalismo, em especial daquele que representava os ‘proprietários de ofícios qualificados’, com formas atrativas de compensação aos trabalhadores, como os salários mais altos do que a média paga no mercado e beneficiados sociais até então inexistente. (DRUCK, 1995, p. 44).

O desafio do capitalismo em converter a força de trabalho de homens e mulheres a favor do capital acontece desde o século XVIII com as *enclosures*. Porém, disciplinar os trabalhadores à força, obrigando-os a realizar determinado trabalho dentro da fábrica sob pena de ser condenado à prisão pelo crime de vagabundagem, não poderia ser mais utilizado no século XX - além de ser considerado um método bastante antiquado⁴. Geração após geração, a força de trabalho dos países capitalistas foi moldada de tal forma que as necessidades de reprodução e de crescimento do capital foram sendo absorvidas pelo trabalhador. A consequência disso são as necessidades, costumes e hábitos do capital internalizados pelo trabalhador. Então, se for da vontade do capitalismo mudar o seu padrão de acumulação, o trabalhador será “ajustado” de acordo com a necessidade, costume e hábito do capital para que, por fim, esteja em sintonia com este novo padrão de acumulação.

Esse mecanismo de modelagem do trabalhador perpassa por um processo histórico longo de familiarização, repressão, cooperação e cooptação ou apenas “o controle do trabalho”.

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação em massa pelas instituições religiosas

⁴ Mais detalhes sobre este assunto, ver Engels (2010).

educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.

O fordismo deve ser olhado não apenas como mero sistema de produção em massa, mas também como um sistema estruturado com base numa organização de produção com efeitos perceptíveis no âmbito cultural. Os hábitos das pessoas, a disciplina, a organização são um produto das necessidades da organização da produção dentro da fábrica. Além disso, a lógica da produção em massa de um produto homogeneizado recai diretamente, por exemplo, na preocupação do consumo de massa, sobre a qual a oferta será sustentada. Não adianta haver uma produção com tal dimensão que intenta se espalhar por todos os lugares, se a noção de um consumo de massa não existe (HARVEY, 2011).

2.3 O FORDISMO ANTES DA II GUERRA MUNDIAL⁵

Thomas Kuhn, em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, afirma que quando algum sistema, por alguma razão, é modificado ou ainda se alguma teoria não consegue explicar esse novo sistema de acordo com as novas necessidades de resposta, uma nova teoria virá a substituir a velha teoria. Pode-se, com isso, chegar até uma conclusão de que, se caso Einstein não tivesse feito a Teoria Geral da Relatividade, provavelmente, outro iria tê-lo feito. De fato, quando se é estudado a conjuntura histórico-científica, observa-se que havia uma convergência de fatores para que esta teoria fosse feita. Com o fordismo não foi diferente. As concepções de Ford foram produto de um período no qual as tendências a uma nova organização fabril já apontavam o caminho que capitalismo necessitava trilhar. Ou seja, as ideias, que eram discutidas no início do século XX, davam grande suporte no aparecimento de um sistema fabril novo.

Ford também fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade. *Os Princípios da Administração Científica*, de F. W Taylor – um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalhador podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento -, tinham sido publicados, afinal, em 1911. E o pensamento de Taylor tinha uma longa ancestralidade, remontando, através

⁵ Esta seção pretende elucidar de forma sucinta o histórico do fordismo antes de sua consolidação no pós-guerra e é baseada em Harvey (2011).

dos experimentos de Gilbreth, na década de 1890, às obras de escritores da metade do século XIX como Ure e Babbage. (HARVEY, 2011, p. 121).

A crise de 1929 agiu positivamente na implantação do fordismo mundo afora. Na Europa, por exemplo, o fascismo surge como consequência de um período econômico bastante conturbado na indústria alemã e italiana. Surgiram-se ideias que, naquele contexto, foram tomadas pela população com atratividade e que propunham uma alta disciplina fabril e a absorção do excedente por meio de despesas produtivas e de infraestruturas, incluindo gastos militares. No outro lado do Atlântico, nos EUA, o presidente Roosevelt aplicou o New Deal, um pacote de fomento à demanda agregada bem parecido com as políticas adotadas pelos fascistas (Alemanha, Itália e Japão). Com isso, percebe-se que todos concordavam, em certa medida, com a intervenção estatal, visto que a política econômica liberal com base na lei de Say apenas havia piorado a crise. Com efeito, o objetivo das ideias de Keynes foi criar um instrumento político-econômico de estabilização do sistema frente às crises, evitando-as ou deixando-as mais brandas (HARVEY, 2011).

A crise foi claramente de superprodução na indústria. Durante toda a década de 1920, pode-se dizer que não existia quase a preocupação com o lado da demanda, se por um acaso a quantidade de produtos produzidos e o aumento elevadíssimo da produtividade ano a ano seriam absorvidos pelo mercado. Com as constantes inovações tecnológicas, o aumento do número de demissões aumentou, os empresários queriam o aumento de seus lucros e isso só era possível para eles, no contexto da época, ao se reduzir o número de empregados. Estudos eram incapazes de perceber o tamanho do abismo, aonde tal forma de produção conduzia, justamente por se pensar que a oferta cria sua própria demanda. Vale lembrar que, apesar de o modelo fordista não ter sido ainda hegemônico na época, todas as indústrias, pelo movimento natural do capitalismo, buscavam se tornar mais eficientes, assim o fordismo era apenas uma maneira de se produzir dentre outras já existentes (RIFKIN, 1995).

A complementariedade entre o fordismo e as políticas keynesianas se torna clara. Como Harvey (2011) diz:

O problema da configuração e uso próprios de Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas

avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas. (HARVEY, 2011, p.125).

2.4 A CRISE DO FORDISMO

O capitalismo passou por um período fabuloso de crescimento e redistribuição de renda de 1945 a 1973⁶, sendo chamados de “Anos Dourados” do capitalismo. Parece até que os capitalistas se tornaram pessoas “mais altruístas”, pois eles passaram a aumentar a remuneração das famílias juntamente com o aumento da produtividade. Curiosamente, nesse mesmo período, os lucros também foram prósperos, ao contrário do que muitos afirmam - quando os salários aumentam junto com os custos de trabalho envolvidos, o empresário terá menos dinheiro para investir por diminuir o seu lucro e, como consequência imediata, o aumento do desemprego. Então, o mercado sairia de um ponto de equilíbrio, situado num nível maior de emprego, para outro ponto de equilíbrio cujo nível de emprego é menor. Ora, agora pergunta-se: mas como poderiam as taxas de desemprego médias mundiais terem caído durante todo esse período, se os custos envolvidos para a contratação de pessoal aumentaram? Fica claro que existe algum ponto na teoria que não se encaixa com a realidade, ou será o contrário – é a realidade que não se encaixa na teoria?

Nesse período do pós-guerra, o fordismo nos EUA teve de dar respostas imediatas às novas demandas dos trabalhadores para fazer frente ao socialismo soviético. Com isso, foi mais do que necessário uma resposta da Europa e América Latina ao consolidar novas propostas da organização fordista visando o “pleno emprego”, articulando os sindicatos com Estado através da proteção social com objetivo de garantir uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores (DRUCK, 1995).

Foi exatamente isso que se observou durante esse período pós-guerra. Os salários das famílias norte-americanas, por exemplo, tiveram a tendência crescente até o rompimento da primeira crise do petróleo em 1973. Não é por um acaso que esse período foi chamado de “Anos Dourados”. Em nenhum momento antes, o capitalismo passou por tanto tempo de bonança,

⁶ Alguns autores delimitam o período entre 1945-1975.

altas taxas de crescimento do PIB, baixo índice de desemprego e taxas crescentes de lucro. As políticas keynesianas somadas à necessidade de reconstrução da Europa foram fatores fundamentais para essa prosperidade⁷.

O sistema fordista apresentou seus primeiros sinais de esgotamento nos EUA, no final da década de 1960. Porém tratar dessa crise é um tanto quanto complexo, já que nesse período “ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive-do-trabalho.” (ANTUNES, 2009, p. 37). Essa crise do fordismo não foi apenas uma manifestação isolada de perda de competitividade dos EUA pela perda da produtividade, mas sim uma crise de caráter estrutural.

Logo quando acabou a II Guerra Mundial, os EUA implantaram o plano Marshall com intuito de ajudar os países europeus em sua reconstrução. Na década de 1960, quando o Japão e os países europeus terminaram a reconstrução do estrago ocasionado pela guerra, uma outra situação surgiu: a demanda interna começou a dar sinais de saturação. Dois motivos são ditos como os principais: o primeiro já foi dito, a saber, a diminuição dos gastos do governo com a reconstrução da infraestrutura, a segunda foi o consumo das famílias já satisfeito⁸. Sabendo-se isso, muitos países europeus e o Japão passaram a exportar, como uma forma de superar este entrave interno. Contudo, os países latino-americanos, neste mesmo período, implementavam o chamado Modelo de Substituição de Importações com características fordistas. Daí para frente, a concorrência internacional se tornou cada vez mais acirrada chegando ao ponto de incomodar a hegemonia comercial dos EUA de tal forma que o acordo de Bretton Woods, dentre outros fatores, foi desfeito. “De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.” (HARVEY, 2011, p. 135).

Conforme Harvey (1992), já no período inicial da crise (1965-1973), fordismo e o keynesianismo demonstravam a sua incapacidade de dar conta das contradições inerentes do capitalismo. Esta incapacidade estava dada pela rigidez na totalidade do padrão de acumulação vigente; nos

⁷ Dedecca (2010) afirma que o sucesso desse período se deve principalmente ao cuidado que se tinha com a demanda efetiva. O crescimento dos salários representa um estímulo ao investimento do empresariado, por conta da maior demanda agregada, conseqüentemente, o desemprego cai. Portanto, o que se observa neste período é o chamado círculo virtuoso do crescimento econômico.

⁸ É dito que ninguém compra geladeira, fogão ou costuma trocar de carro todo ano. As famílias europeias e japonesas já os possuíam e por isso não tinham necessidade de manter a mesma intensidade de consumo de anos anteriores. Em outras palavras, a elasticidade-renda da demanda por bens duráveis é pequena se comparada com, por exemplo, a elasticidade-renda da demanda por serviço.

investimentos, no sistema de produção em massa, nos mercados consumo e de trabalho e no Estado de bem-estar – que exigia uma forte arrecadação para garantir as políticas sociais. No caso particular da rigidez no trabalho (gestão e organização), havia uma resistência e um poder sindical extremamente fortes que impediam mudanças ou qualquer flexibilização, principalmente até 1973. (DRUCK, 1995, p. 67-68).

Quando o fordismo mostrou os seus primeiros sinais da redução no ritmo do crescimento da produtividade e os EUA passaram a ser menos competitivo no comércio internacional, os empresários tiveram problema com os trabalhadores. Aqueles não queriam aumentar a massa salarial em detrimento de seus lucros, estes por outro lado exigiam que o aumento da produtividade fosse incorporado aos salários.

Nesse período, a relação entre capitalista e trabalhador passou por uma séria crise, aumentando a tensão no ambiente fabril. Os trabalhadores, durante todo o período do pós-guerra, construíram uma força sindical tendo uma legislação como suporte. O Estado passou a ter um papel fundamental como mediador dos trabalhadores nas negociações com o patronado por melhoria de salários e garantia de direitos trabalhistas. Porém, na medida em que o desgaste do fordismo se aprofundava, assim também o apoio estatal aos sindicatos. A redução do apoio estatal trouxe sérias dificuldades para luta sindical, resultando na estagnação salarial a partir dos anos 1970 e o começo da financeirização do mundo (DEDECCA, 2010).

Além disso, a relação complicada da nova (segunda) geração de trabalhadores fordistas com a maior intensificação do trabalho rotineiro, parcelizado, repetitivo, se tornou um desafio para o patronato. O resultado disso foi que, em 1968, greves e manifestações romperam em diversos países desenvolvidos, como o “maio francês” a “primavera de Praga” ou até mesmo “luta contra a guerra do Vietnã” que “indicavam uma recusa aos padrões vigentes de organização econômica e sócio-política.” (DRUCK, 1995).

A luta entre ambas as classes se instaurou dentro das fábricas, a luta contra os próprios métodos fordistas de produção. Conforme Antunes (2009):

Essa contradição entre autonomia e heteronomia, própria do processo de trabalho fordista, acrescida da contradição entre produção (dada pela existência de um despotismo fabril e pela vigência de técnicas de disciplinamento próprias da exploração intensiva de força de trabalho) e consumo (que exaltava o lado ‘individualista’ e ‘realizador’) intensificava os pontos de saturação do ‘compromisso’ novos. Acrescido, do aumento da

contradição essencial existente no processo de criação de valores, que subordina estruturalmente o trabalho, ao capital, de algum modo esse processo pode ser ‘suportável’ pela primeira geração do operário-massa, para quem as vantagens do fordismo compensavam o ‘preço’ a pagar pelo seu acesso. Mas certamente esse não foi o caso da segunda geração. (...) Ela não se encontrava disposta a ‘perder sua vida para ganha-la’: a trocar o trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento de seu poder de compra’, (...). Em suma, a satisfazer-se com os termos do compromisso fordista, assumido pela geração anterior. (ANTUNES, 2009, p. 43-44).

A rigidez do fordismo, segundo Harvey (2011), foi o problema crucial para que este sistema de organização não perdurasse por mais tempo. A exigência de respostas rápidas àquela conjuntura era incompatível com o padrão fordista de gestão do trabalho. As fábricas voltadas para a produção em escala e a necessidade de consumo de massa estavam, finalmente, em sua reta final. Todo esse aumento da produtividade no Japão, e na Europa e a entrada dos países latino-americanos na disputa por mercado durante sua industrialização eram incompatíveis para os EUA e os mercados europeus saturados. Com isso, a disputa dos países por mercado internacional dificultou ainda mais a manutenção da taxa de lucro – tendencialmente decrescente durante 1965-1973.

O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer em montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez e garantir, a acumulação do capital. (HARVEY, 2011, p. 136).

2.5 TOYOTISMO⁹ OU ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL¹⁰

O novo período surgido aparece como resposta à crise do fordismo e sua rigidez. O fordismo mescla-se com outras formas de organização como, na Itália, a chamada “Terceira Itália”; na Suécia, o “kalmarianismo”; no Vale do Silício, nos EUA, surgindo eventualmente o neofordismo, neotaylorismo e o pós-fordismo. Por outro lado, há outras que até rompem com o fordismo. O toyotismo ou acumulação flexível foi a resposta dada pelas indústrias ao problema da diminuição da taxa de lucro, da alta competitividade internacional entre vários países e o aumento das tensões entre os trabalhadores e a forma e trabalho do fordismo.

Nos anos 1970, o mundo presenciou a ida do primeiro astronauta à Lua, a tecnologia avançava de forma surpreendente e o primeiro *personal computer* foi lançado no mercado. O mundo, finalmente, entrou na III Revolução Industrial, a era da informática, dos chips e da microeletrônica. Esse progresso tecnológico foi rapidamente entendido e absorvido pelas fábricas japonesas.

Wood (1993) afirma que poucos abordam o caráter cultural japonês no pós-guerra durante a reconstrução do país para se estudar o toyotismo. Porém deve-se afirmar que claramente o toyotismo advém do fordismo/taylorismo como um sistema adaptado às necessidades deste país naquele contexto de crescimento acelerado da economia e reconstrução da infraestrutura.

Como é dito:

Assim, resumindo, de um ponto de vista teórico, Ohno insiste fortemente sobre o fato de que o fordismo é a técnica adaptada de economia dos custos de fabricação para mercados em expansão de produtos estandardizados, ao passo que o sistema Toyota seria a técnica de produção a custos baixos para mercados estagnados e economias de crescimento lento, ou ainda para mercados em expansão, mas de produtos variados e diferenciados. (CORIAT 1993 *apud* HIRATA, 1993, p. 87).

⁹ Para a Escola da Regulação, o toyotismo não é visto como um modo novo de regulação do capitalismo, tal como o fordismo. “O potencial heurístico do conceito de toyotismo é limitado à compreensão do surgimento de uma nova lógica de produção de mercadoria, novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal é construir uma nova hegemonia do capital na produção, através da captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Na verdade, é um estágio superior de racionalização do trabalho que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo.” (ALVES, 1998, p. 28).

¹⁰ É dito acumulação flexível por haver outros sistemas de produção além do fordismo que, porém, não serão aqui aprofundados.

Na década de 1960, a relação entre o capitalista e os trabalhadores tornou-se tensa pela grande assimetria de força, a qual gerou diversas greves e protestos. A necessidade da indústria de manter o controle do trabalhador era inevitável para o aumento da produtividade e da taxa de lucro, como já foi dito anteriormente. Com isso, o toyotismo implementou uma nova forma organizacional, inserido no contexto econômico japonês, que mescla a máquina e o trabalhador, com intuito de disciplinar a força de trabalho, imprimindo assim ordem e velocidade ao empregado. “A ideia prevalecente é que a tecnologia não apenas substitui, mas disciplina os que ficam pressionados pela massa de desempregados lá fora” (DRUCK, 1995, p. 77)¹¹.

Contudo, a Toyota ainda enfrentou problemas com o sindicato japonês por conta de uma greve quando houve a necessidade de racionalizar a produção em 1950. Os sindicatos, contudo, sofreram uma grande derrota. Outras greves posteriores, demandando melhores salários e o recuo da racionalização da produção, foram também derrotadas. Com essas numerosas derrotas, as empresas japonesas aproveitaram para desestruturar os sindicatos combativos, criando um sindicalismo aliado ao ideário do universo patronal. Daí observa-se certo tipo de cooptação do sindicato do trabalhador pela empresa que deve ser considerado como uma anomalia, onde o diretor sindical é o próprio gerente da empresa (CORIAT, 1993, p. 36; GOUNET, 1991, p. 42 *apud* ANTUNES, 2009, p. 32).

A organização da fábrica da Toyota não possuía pretensão de se tornar uma alternativa mundial à decadência do fordismo, como padrão de gestão de trabalho ou, muito menos, modificar todo um pacote econômico-social própria do fordismo. Muito pelo contrário, a Toyota, por mera necessidade, precisou se adequar a um ambiente japonês de reconstrução no Pós-guerra, no qual o mercado consumidor se encontrava ainda restrito – ao contrário do mercado consumidor de massa que havia nos EUA no mesmo período. Foi nesse contexto que surge o procedimento *just in time*, que na verdade não é somente um procedimento, porém mais do que isso, é “um novo sistema de administração operacional.” (WOOD, 1993, p. 53) – objetivando o minimizar o desperdício na produção. No fordismo,

(...) como mostra Ohno (1988, p.93-109), (...) tinha [-se] dois princípios essenciais: eliminação de desperdício (material e esforço) e produção para consumo de massa. Na prática, o fordismo, quando aplicado, enfatiza o

¹¹ Não foi só o toyotismo que se utilizou desse procedimento. O chamado “neotaylorismo”, segundo Lieptz (1991 *apud* DRUCK, 1995), também recorreu a este método.

segundo princípio, de modo que podiam resultar superprodução ou subutilização do capital e, com isso, tornar-se exacerbado o problema do desperdício – no sentido lato. (WOOD, 1993, p. 54).

Isso mostra claramente em que sentido o fordismo atua na produção. Ele visa o consumo de massa, onde a preocupação com desperdício não é prioridade. Com efeito, o fordismo trabalha com um sistema, cujo princípio, é empurrar a linha de produção a partir de seu início, com sua standardização, criação de estoques e raciocínio *just in case* – em caso de ocorrência de um problema na produção. No fim do processo, tem-se uma mercadoria ansiando por consumidores (WOOD, 1993).

O sistema Toyota trabalha quase que na contramão do fordismo no que se refere à produção para consumo de massa e minimização do desperdício. Enquanto o fordismo tem foco na produção em grande quantidade, o toyotismo foca exatamente na eliminação, se for possível, do desperdício.

O método *just in time* desenvolveu-se como um meio de aumentar a utilização da capacidade, à medida que engenheiros procuravam meios de reduzir tamanhos de lotes sem incorrerem em deseconomias desnecessárias, estudando, por exemplo, meios de reduzir os tempos de mudança. O resultado foi o desenvolvimento de novos princípios centrais de administração que questionavam aqueles subjacentes à prática do fordismo (mesmo que não fossem inerentes a sua teoria). Eram estes os princípios de que só é possível produzir eficientemente em grandes lotes ou longos períodos de produção, e de que um aumento na utilização da fábrica pressupõe a manutenção de grandes estoques intermediários de materiais e produtos primários. Junto com estes princípios achava-se a aceitação (...) de que a qualidade da produção só pode ser aperfeiçoada, incorrendo-se em custos de produção mais elevados. O sistema de produção japonês parece inverter estes princípios: é possível produzir eficientemente com lotes menores de produção; a minimização de estoques intermediários e o suprimento *just in time* de partes ‘perfeitas’ aumentam o rendimento do processo; a qualidade pode ser aperfeiçoada sem custos adicionais. (WOOD, 1993, p. 54).

Outro fator marcante característico da produção toyotista é o emprego vitalício, cuja prática é mais conhecida no Japão do que em qualquer outro país - apesar disso, pesquisas na década de 1980 mostram que o tempo do trabalho acima de 20 anos numa única empresa é maior em empresas da Austrália, Canadá e EUA. Segundo Osawa (1993), isso acontece por causa do maior tempo de treinamento que os trabalhadores japoneses passavam antes de ingressar efetivamente numa empresa. Esse longo período de treinamento é uma característica bem curiosa do Japão: a empresa prefere treinar os seus próprios funcionários, “moldando-os” de

tal forma que ele irá exercer sua função com maestria, e disciplina, de acordo com a necessidade da empresa, conforme pode-se apurar abaixo:

O treinamento envolve a rotação vertical e horizontal de funções ampliando as possibilidades de carreira e aumentando ao mesmo tempo a flexibilização da força de trabalho (...) As firmas, portanto, desempenham um papel de liderança na realocação de recursos humanos no Japão, enquanto que em outros países governo e trabalhadores são forçados a arcar com o ônus dos ajustes empregatícios. Neste sentido, Dore observa que o Japão é uma sociedade orientada para a organização, enquanto que o Reino Unido ou os Estados Unidos são sociedades orientadas para o mercado (DORE, 1974). (OSAWA, 1993, p. 170-171).

Com efeito, o emprego vitalício tem muito a ver com o contexto que o Japão se encontrava até os anos 1980. As taxas elevadas do crescimento do PIB tornavam possíveis a manutenção de um emprego estável, vitalício, em que o critério da base salarial era a idade. Isso porque, como as inovações tecnológicas ainda não eram tão veloz, a tal ponto de se precisar constantemente treinar os trabalhadores à nova função com a introdução de nova tecnologia, então era possível a manutenção do critério etário, em que quanto mais velho é o funcionário mais experiente ele é para organizar a produção e treinar os novos funcionários – isso tudo por causa de uma baixa velocidade de introdução de novas tecnologias (OSAWA, 1993 *apud* HIRATA, 1993).

A empresa toyotista, por sua vez, treina o trabalhador para exercer funções diversas, qualificadas, rompendo com padrão “estandardizado”, rotineiro do padrão fordista. A empresa prefere contratar aquele trabalhador jovem, recém-egresso da escola ou afins, cujo desempenho é acima da média - evidenciando a sua competência -, pois assim o trabalhador não possui experiência sindical e é, portanto, mais maleável às exigências da empresa. Com efeito, a empresa fornece todo o treinamento necessário para o exercício de sua função, o que é chamado de treinamento *on the job* – ao contrario de países como EUA, onde os trabalhadores devem buscar profissionalização por conta própria em cursos apropriados antes de buscar um emprego. O trabalhador japonês, por conseguinte, “vestirá a camisa” da empresa e defenderá o seu interesse, desejando ser um funcionário exemplar para retribuir o emprego vitalício concedido a ele. Esse funcionário se torna mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente comparado com o trabalhador fordista, mexendo na relação entre capital e trabalho de tal forma que superará as contradições básicas da sociedade capitalista (SABEL; PIORE, 1984 *apud* ANTUNES, 2009). Porém, na prática, o que tem ocorrido é o

contrário, por trás de tudo isso, existe a precarização do trabalhador de forma direta ou indireta com a maior intensificação do trabalho, o trabalho temporário, terceirizado, flexibilizado entre outros.

Logo que as inovações tecnológicas passaram a ser mais rápidas, alguns pontos característicos do modelo japonês foram postos à prova. O emprego vitalício começou a se tornar mais raro, em contraposição ao aumento do trabalhador terceirizado. O número de mulheres, por outro lado, dentro das fábricas aumentou, porém dentro de uma lógica específica. A mulher, agora, depois da introdução de máquinas, substituindo um trabalhador qualificado por um de menor qualificação para o seu manuseio, passa a trabalhar como forma de adequar a produção à demanda, de modo que quando a demanda aumenta, a fábrica emprega um maior número de mulheres dentro de um regime frouxo de trabalho, pois são utilizadas somente para prover a alta da demanda. Logo que a demanda se reduz, grande parte das mulheres são despedidas. (OSAWA, 1993). Isso remete a um novo papel da mulher na fábrica. A mulher é empregada de uma empresa ou num setor intensivo em mão de obra, onde os salários são mais baixos e exigem menor qualificação técnica. Ao contrário do homem, que é empregado num setor ou empresa intensiva em capital, exigindo maior qualificação técnica e recebendo maior salário (ANTUNES, 2009).

Seguindo para outro ponto, é costumeiro ouvir falar que existem pessoas até hoje que possuem geladeiras da década de 1970 ou 1980. Ou de pessoas com mais idade que conservam o mesmo fogão há 20 anos. Porém, hoje em dia, é raro escutar alguém falar da durabilidade dos produtos eletrodomésticos mais modernos. De fato, eles possuem um belíssimo design, fácil de usar e eficientes, porém não são muito duráveis; apenas depois de algum tempo de uso, começam a perder sua coloração, alguma peça fica frouxa e solta, ou ainda começa a consumir demasiada energia elétrica. Esse é a falácia da “qualidade total sob a vigência da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias” (ANTUNES, 2009). A qualidade total é o que o toyotismo visa como norteador de sua fabricação, como forma de reduzir o desperdício e os custos de produção, porém ela torna-se a negação de um processo ainda maior que as empresas utilizam para lucrar mais.

Na fase de intensificação da *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* (Mészáros, 1995, cap. 15 e 16), necessária para a reposição do processo de valorização do capital, a falácia da *qualidade total*, tão difundida no “mundo empresarial moderno”, na empresa enxuta da era da

reestruturação produtiva, torna-se evidente: quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, menor deve ser seu tempo de duração. A necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade da produção de valores de troca faz com que a “qualidade total” seja, na maior parte das vezes, o invólucro, a aparência ou o aprimoramento do supérfluo, uma vez que os produtos devem durar pouco e ter uma reposição ágil no mercado. A “qualidade total”, por isso, não pode se contrapor à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, mas deve adequar-se ao sistema de metabolismo socioeconômico do capital, afetando desse modo tanto a produção de bens e serviços como as instalações e maquinarias e a própria força humana de trabalho. Desse modo, o apregoado desenvolvimento dos processos de “qualidade total” converte-se na expressão *fenomênica*, involucral, aparente e supérflua de um mecanismo produtivo que tem como um dos seus pilares mais importantes a *taxa decrescente do valor de uso* das mercadorias, como condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas. (ANTUNES, 2009, p. 52-53).

O tema da precarização do trabalho já se tornou um importante ponto na padrão toyotista de gestão de trabalho. Esta precarização “moderna” da força de trabalho pode ser ilustrada por cinco pontos principais: diminuição de postos de trabalho, *part time*, terceirização, enfraquecimento do sindicalismo de combate e contratação de trabalhador por temporada (ANTUNES, 2009).

Antes, a força econômica de uma empresa fordista era conhecida por possuir um grande número de funcionários, agora a empresa toyotista, pelo contrário, recebe seu mérito quando consegue maximizar a produtividade do trabalhador, resumindo várias atividades em um só empregado. Antes existia uma gerência com seus respectivos trabalhadores para somente averiguar a qualidade da produção, agora o mesmo que opera várias máquinas ao mesmo tempo tem de atentar à qualidade final do produto – com isso, em muitos casos, o nível de hierarquização empresarial diminuiu. Os trabalhadores não atuam na produção de forma individual, existem agora equipes em que a bonificação salarial incentiva os membros destas equipes a fiscalizar os outros membros de sua mesma equipe. Assim, o controle individual está assegurado¹².

A terceirização tornou-se outro importante instrumento de precarização do trabalho amplamente utilizado hoje pelas empresas no geral. No toyotismo, a terceirização é acompanhada de outros três fenômenos. A utilização do trabalho *part time* passou a empregar

¹² Existe um ditado alemão que diz: confiança é bom, porém controle é melhor (*Vertrauen ist gut aber Kontrolle ist besser*).

aquele segmento que mais sofre com a discriminação: as mulheres e os imigrantes. Assim, as empresas prestadoras de serviço, contratadas pela empresa principal, contrata um trabalhador por um salário menor do que o usual forçando os trabalhadores a fazer horas extras para conseguir um melhor rendimento, por isso tem-se um empregado da Toyota que trabalha em torno de 2.300 horas enquanto um terceirizado cerca de 2.800 horas (GUNET, 1997, p. 78 *apud* ANTUNES, 2009, p. 59). Com isso, é válido dizer que a terceirização é apenas uma das maneiras que os defensores da flexibilização do trabalho tem utilizado para se reduzir custos com pessoal¹³.

O toyotismo, então, é uma forma de organização do trabalho que apareceu para solucionar inicialmente o problema de alocação de recursos e eficiência num Japão em reconstrução. E sua forma de contratação de mão de obra está em acordo com esse contexto, aquele trabalhador fordista, que trabalha oito horas diárias, e possui uma ampla força sindical com novos direitos trabalhistas se torna menos necessário para o capitalismo. Os salários, como instrumento de absorção da produção, regridem juntamente com a corrosão do regime de regulação do trabalho e é substituído pelo consumo a crédito e a demanda efetiva garantida pela financeirização dos mercados através de instituições do Estado democrático (DEDECCA, 2010).

Por fim, pode-se então fazer um apanhado geral e resumir em que o toyotismo se diferencia do fordismo:

- 1) é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo(...);
- 2) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas(...), alterando-se a relação *homem/máquina* na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) Tem como principal o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. (...) Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do

¹³ No capítulo seguinte, este tema será abordado com maior profundidade.

desperdício, ‘gerência participativa’, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo; 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir-faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava; 8) o toyotismo implantou o ‘emprego vitalício’ para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres),(...) sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante, no complexo de atividades existentes na mesma empresa. (ANTUNES, 2009, p. 56-57).

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESEMPREGO ESTRUTURAL

Desde o início dos anos 1970, a ordem mundial vigente foi posta em xeque com o desgaste do *Welfare State* e a queda do keynesianismo. Este sistema começa a mostrar sinais de esgotamento com a estagnação do crescimento da produtividade, queda da taxa de lucro, aumento do desemprego, do déficit público e da taxa de inflação. O mundo, assim, passa por transformações profundas em termos econômico, político, social e organizacional.

A reestruturação produtiva não é um fenômeno recente. Ao longo da história do capitalismo, encontram-se os três grandes movimentos de Revoluções Industriais que geraram importantes transformações na produção técnico-científica e na relação entre capital e trabalho. Então, as reestruturações produtivas se encontram em uma “onda mais curta”, pois pode haver mais de uma reestruturação produtiva numa Revolução Industrial. Neste capítulo, é estudado a reestruturação produtiva advinda da decadência do fordismo, em cujo contexto encontra-se uma “amálgama” de três pilares complementares e interdependentes. Isto é, o contexto dessa reestruturação produtiva é a manifestação desse conjunto, qual seja: neoliberalismo, globalização e inovação técnico-organizacional.

Antes de caracterizar a reestruturação produtiva, é importante fazer uma ressalva quanto o significado do termo. Segundo Tumolo (2001), uma primeira dificuldade na pesquisa do seu conceito se esbarra na vasta literatura, na qual diversas áreas do conhecimento se envolvem como a sociologia do trabalho, economia do trabalho, economia política, administração de empresas entre outras. Em sua pesquisa, o autor afirma que não é possível encontrar um consenso quanto aos parâmetros teórico-metodológicos quanto, por exemplo, à organização de gestão do trabalho e à qualificação/desqualificação da força de trabalho, pois existem três posturas em relação aos processos de reestruturação: um grupo que descreve os processos e não manifesta opinião, um grupo favorável e de menor número, e um último grupo bastante crítico ao processo de reestruturação.

3.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA¹⁴

Embora distintos quanto aos seus significados e momentos históricos que lhes deram origem, estão profundamente articulados no processo de

¹⁴ Este tópico é baseado em Filgueiras (2006).

transformações pelo qual vem passando esse sistema de produção e organização social, desde o final dos anos 60, a partir da crise do fordismo e, posteriormente, do desmoronamento do acordo de Bretton Woods no início da década de 1970.

Esses fenômenos, já largamente conhecidos e, com muitas divergências, tratados na literatura das mais diversas disciplinas, são:

1- o neoliberalismo, aqui entendido em sua dupla dimensão, isto é, enquanto uma ideologia – reivindicada por intelectuais e governantes, e com forte influência no comportamento de indivíduos e de vários grupos sociais – enquanto um conjunto de políticas econômico-sociais, adotadas por boa parte dos governos hoje no poder;

2 – a reestruturação produtiva, associada às novas tecnologias e às novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho, compreendida como uma resposta do capital à queda / estagnação da produtividade e à diminuição dos lucros; e

3 – a globalização, vista em sua essência, num plano mais geral, como um processo de aprofundamento das tendências mais imanentes do sistema capitalista, apesar de apontar também para o surgimento de novas situações e novos problemas. (FILGUEIRAS, 2006, p. 41-42).

Os três fenômenos supracitados são bastante relevantes para o melhor entendimento da discussão central deste capítulo. A reestruturação produtiva, como eixo central da discussão, foi viabilizada pela nova tecnologia surgida com a dita Terceira Revolução Industrial, trazendo muitos novos elementos ao leque de possibilidades de exploração do trabalho. O toyotismo, representado como ponta de lança na reestruturação produtiva – visto que alguns outros modelos organizacionais surgiram quase de forma paralela e simultânea e, porém, não obtiveram o mesmo sucesso em si difundir para o mundo como o toyotismo – captou essa nova fase industrial e prosseguiu com as mudanças na relação capital trabalho de forma que a assimetria a favor do capital ficou ainda mais evidente. Portanto, pode-se deduzir que a reestruturação produtiva foi a resposta que o capitalismo achou para solucionar o problema da diminuição da taxa de lucro e redução de produtividade.

Para o fenômeno da reestruturação produtiva ser melhor entendido, faz-se necessário ampliar a abordagem para o estudo de outros dois fenômenos, quais sejam, o neoliberalismo e a globalização. É compreendido o conceito de reestruturação produtiva “como uma resposta do capital à queda / estagnação da produtividade e à diminuição dos lucros.” (FILGUEIRAS, 2006, p. 42). Com efeito, a discussão sobre a reestruturação produtiva em si foi abordada no capítulo primeiro e com isso será abordada novamente no terceiro tópico: “a convergência dos três fenômenos”.

3.1.1 Neoliberalismo

Apesar de o neoliberalismo possuir este nome dando referência clara ao liberalismo clássico de Smith, eles não devem ser confundidos. É necessário, logo de início, estabelecer os limites de convergência entre as duas ideologias, no que se refere ao contexto das duas épocas para o surgimento de ambas. Dessa forma, pode-se descrever como o neoliberalismo passou a fazer parte da agenda das instituições internacionais e a sua relação com a reestruturação produtiva.

O liberalismo surgiu na Europa e ganhou força com o desenvolvimento capitalista e a necessidade burguesa de uma ideologia que fosse utilizada como contraponto ao Estado Absolutista. Com efeito, a mesma burguesia que se aliou ao absolutismo para a consolidação de um Estado Nacional com intuito de fortalecer os laços comerciais internacionais, agora, se contrapõe à esse absolutismo por estar se colocando como um entrave à evolução do capitalismo comercial. Assim, as dificuldades de que o absolutismo impôs ao comércio com restrições e intervenções estatais se contrapunham à tese que o indivíduo é livre para agir da forma como lhe convém e o Estado não deveria intervir, por se tratar de um indivíduo elementar da sociedade; mas, pelo contrário, este deve possuir a liberdade econômica e política total.

A mão invisível aparece justamente como argumento econômico base à ideia de que é o indivíduo, sendo guiado pelo egoísmo, o único a ter plena capacidade de poder decidir o que é melhor para si e, quando todos agem dessa mesma forma, melhor para a sociedade consequentemente. Do ponto de vista político, o liberalismo retira o poder do Estado da mão do rei com a criação do Parlamento e do Judiciário, e dá acesso às pessoas o direito da livre associação e acesso à livre informação.

Por fim, apesar desse discurso “anti-Estado”, a “nova ordem”, que foi aos poucos se constituindo em todo o Ocidente, não significou evidentemente o fim da intervenção econômica do Estado, nem tampouco uma posição neutra deste em relação à disputa de interesses dos mais diversos segmentos sociais, mas apenas o fim de uma determinada forma de intervenção, consubstanciada no chamado Estado Absolutista. (FILGUEIRAS, 2006, p. 44).

O neoliberalismo assemelha-se ao liberalismo descrito, porém o contexto histórico de seu surgimento é bem diferente. O neoliberalismo surgiu logo depois da Segunda Guerra

Mundial, quando um grupo de intelectuais decidiu se reunir para formular uma teoria alternativa ao predomínio do keynesianismo. Isso significa que as críticas centravam no papel intervencionista do Estado no mercado, nas quais as “livres forças do mercado” não podiam atuar com eficiência, pelo contrário, a intervenção estatal, tal como se dava, criava fortes distorções no mercado. A principal tese defendida pelo neoliberalismo era a desigualdade, considerada como valor fundamental ao incentivo à concorrência entre os agentes econômicos – por ser a base da liberdade e vitalidade da concorrência numa sociedade democrática.

O neoliberalismo é contra qualquer intervenção proativa de fomento à macroeconomia por instrumento fiscal ou monetário; o gasto do governo para incentivar o emprego em determinada área também é severamente criticada, assim como o incentivo à indústria em forma de protecionismo. Neste quesito, o neoliberalismo toma a ideia da Teoria das Vantagens Comparativas como um quase dogma do mercado mundial, isto é, qualquer país que queira fazer uma política a favor da indústria nacional deve proceder de forma rigorosa segundo às normas internacionais, caso contrário será taxado de protecionista podendo sofrer sérias sanções comerciais. Obviamente, os países industrializados se beneficiam muito mais com essa teoria do que os países periféricos¹⁵. Não obstante a intervenção monetária ou fiscal pelo Estado, segunda a concepção monetarista, é condenada por gerar, ao final, além de distorções no mercado, mais inflação sem reduzir o patamar do desemprego e nos setores da economia haveria somente desperdício e ineficiência.

Do ponto de vista social, é condenado qualquer política que visa reduzir a desigualdade – como já foi mencionado – pelo fato de a concorrência ser fundamental no mercado. Mesmo que haja qualquer ação social deste caráter, é necessário que essa ação governamental passe pelo mercado.

Do ponto de vista político, o Estado democrático de direito deve pautar a sua filosofia no individualismo metodológico para haver a plena existência do livre mercado. Por isso, Friedman afirma que só é possível atingir o livre mercado com a democracia andando junto. Isso implica em um Estado democrático pautado na defesa dos direitos individuais e menos correlacionado aos sociais, o que leva, por um lado, à condenação do sindicalismo combativo, por ser visto como uma instituição corporativista na qual os interesses gerais são postos de

¹⁵ Para um estudo mais aprofundado Chang (2004).

lado e, por outro lado, o crescente individualismo, cuja máxima é a declaração de Margareth Thatcher ao dizer que “isso que chamam de sociedade é algo que não existe”. (ORMEROD, 1996, p. 23 *apud* FILGUEIRAS, 2006, p. 46).

Em suma:

O objetivo maior, e quase que único, da política econômica deve ser o de defender a moeda, assegurando a estabilidade dos preços, e garantir o cumprimento dos contratos e da “livre concorrência”. Esta última deve ser viabilizada através da desregulamentação, em geral, e do mercado de trabalho, em particular, com destaque para flexibilização das relações trabalhistas. No plano internacional, se materializa na livre mobilidade de capitais e mercadorias, com a derrubada de restrições ao comércio e a livre circulação do capital financeiro. (FILGUEIRAS, 2006, p. 45).

Contraditoriamente, a ideologia neoliberal não prescinde da máquina estatal, pelo contrário, o Estado é direcionado à implantação de novas medidas que correspondam a sua cartilha ideológica.¹⁶ Na verdade, de um ponto de vista político, é muito mais cômodo e popular um país manter o *Welfare State*, no qual a população possui um alto índice de emprego e uma rede extensa na seguridade social, do que aplicar cortes orçamentários às políticas de emprego afetando um amplo segmento da população. O político que implementa tais medidas populares ganha bastante simpatia da população, o que garante, na maioria das vezes, a sua reeleição. Com efeito, o dito maniqueísmo entre Estado e mercado, na verdade, é inexistente, visto que as reformas econômicas dentro da cartilha neoliberal só seriam possíveis através de um Estado forte para implementar tais ideias (KURZ, 1996); o que acontece é que – como Marx afirma que a economia política é uma ciência ideológica – há embates de visões dentro da esfera econômica em que cada visão ideológica procura defender o seu lado.

Antes de tudo, a convicção de que o capitalismo é a própria “ordem natural”, começo e fim da história, de acordo com uma concepção que enxerga a sociedade governada por “leis naturais” imutáveis, que existem “desde quando o mundo é mundo”, semelhantes à lei da gravidade, isto é, leis que sempre existiram, existem e sempre existirão. Nessa medida, nesse processo da “naturalização” das relações sociais, o capitalismo e a sociedade burguesa, no limite, significam a própria realização da natureza humana. Em suma, essa *démarche* de eternização do modo de produção capitalista e de aceitação do caráter “antediluviano” de suas relações sociais e de propriedade exige nada menos que a supressão da própria História.
(...)

¹⁶ No Chile uma cartilha neoliberal foi produzida no início da década de 1970 e chamada de *The Brick*.

Em suma, o neoliberalismo se constitui numa doutrina antiga e regressiva, sob qualquer ótica que se queira enxergá-la - econômica, política e social. (FILGUEIRAS, 2006, p. 47-48).

3.1.2 Globalização

A globalização é um outro fenômeno que vem ocorrendo pelas diversas mudanças e transformações na organização capitalista, cujo conceito é muito pouco preciso. Contudo a tendência ao uso do economicismo ofusca a sua apreensão multidimensional envolvendo o processo político, social, econômico e cultural, dificultando ainda mais a formulação de um conceito melhor elaborado. Portanto o fenômeno da globalização não deve ser visto como uma mera consequência do desenvolvimento tecnológico ou como resultado de uma intensificação da concorrência intercapitalista. Também não é correto reduzir a sua análise a um determinado campo do conhecimento, pois corre-se o risco de empobrecer a análise.

(...) Neste sentido, a globalização é sem dúvida uma realidade política, cultural e econômica que vai nascendo às costas dos produtores e dos governos, mas é também o resultado de decisões políticas e econômicas tomadas de forma cada vez mais concentradas por alguns oligopólios e bancos globais e alguns poucos governos nacionais. Em síntese, não se trata de um processo que derive apenas do progresso técnico ou da evolução competitiva dos mercados, como é visível em alguns de seus momentos e inflexões mais importantes. (FIORI, 1994 *apud* DRUCK, 1995, p.11-12).

Estudos sobre a globalização demonstram que determinadas características indicam que ela pode ter origem da própria dinâmica capitalista, o que leva alguns estudiosos a afirmarem que a globalização não possui nenhuma característica nova. Para outros, porém, este fenômeno é algo nunca visto antes possuindo até características pós-capitalistas, cuja tendência, no limite, é romper com a reprodução capitalista da propriedade e de trabalho. (FILGUEIRAS, 2006)

Para Filgueiras (2006), este processo é caracterizado pelas duas faces, as quais “podem ser identificadas a radicalização e o aprofundamento de todas as suas características constitutivos, a começar pelo direito de propriedade que lhe é próprio, bem como o acirramento de todas as suas tendências imanentes”. (FILGUEIRAS, 2006, p.60).

A globalização

pode ser entendido, numa primeira aproximação, como um aprofundamento, nos anos 80, da internacionalização das relações capitalistas de produção e distribuição, impulsionada pelo processo de reestruturação produtiva iniciado na década anterior nos países capitalistas centrais (COUTINHO, 1992). Um movimento econômico/social/político de “desmonte/diluição dos espaços nacionais”, que tem levado, entre outras consequências, à constituição de três grandes áreas de influência, com as respectivas hegemonias do Estados Unidos (NAFTA), Alemanha (CEE) e Japão (sudeste asiático)¹⁷ e de outras áreas de menor porte, como é o caso do Mercosul. (FILGUEIRAS, 2006, p. 59).

Na globalização, a consequência da maior concorrência intercapitais implica na necessidade de inovação, da busca por eficiência e da produtividade. Além disso, existe uma tendência à concentração e centralização dos mercados. A financeirização dos capitais se torna o novo imperativo da nova fase do capitalismo. As grandes corporações foram as primeiras a se beneficiarem desse novo regime que se espalhou rapidamente para empresas de menor porte, para depois ser absorvido pelas famílias.

A globalização também se manifesta na maneira como a industrialização ocorreu em diversos países periféricos: num fordismo de moldes periféricos, pois, apesar de possuir uma determinada autonomia, ainda estava vinculado ao capital dos países centrais. Com efeito, observa-se uma mudança na Divisão Internacional do trabalho após a III Revolução Industrial (RI), na qual os países periféricos produzem os produtos da I e II RI para exportação e os países centrais fornecem a tecnologia e recebem o pagamento de seus *royalties* de tal maneira que a produção internacional de bens manufaturados de baixa tecnologia é fornecida pelos países periféricos e a “melhor parte” fornecida pelos países desenvolvidos.

Esta nova configuração mundial apenas reafirma a relação de dependência dos países periféricos; mesmo havendo transferência de plantas industriais e capital financeiro para a estes países, a subordinação desta apenas aumenta. Isso implica que mesmo um determinado país periférico esteja recebendo um grande fluxo de capital especulativo ou produtivo, ao menor sinal de crise a remessa de lucro ao exterior cresce e o fluxo de capital se inverte, em muito dos casos arruinando tal país periférico. Nesse sentido, a articulação dos instrumentos econômicos do país periférico se fragiliza e estreita-se a capacidade de se fazer políticas macroeconômicas.

¹⁷ Atualmente, a China possui papel muito importante nesse contexto.

Na esfera cultural, a mesma globalização que cria novas forças produtivas e novas mercadorias por causa da grande concorrência, também tem desterritorializado a burguesia de diversos países. Isto é, o padrão europeu e norte-americano de consumo, seja ela qual for e em qual período esteja, se espalha ao redor do mundo principalmente pela mídia. A cultura do *fast-food*, dos *shopping centers* e da moda são também altamente difundidos. Dessa forma, o mundo se torna mais parecido pela homogeneização do padrão de consumo e, até mesmo, na crescente desigualdade econômico-social.

3.1.3 A convergência dos três fenômenos

Constata-se que a reestruturação produtiva, neoliberalismo e globalização se complementam, apesar de serem essencialmente distintos, tornando o estudo muito valioso para a compreensão das mudanças econômicas, sociais e políticas que o mundo passou no final do século XX. “O denominador comum aos três movimentos pode ser sintetizado no ideal da ‘acumulação flexível’, isto é, o capital, em seu movimento de valorização, deve estar livre de empecilhos e restrições de qualquer natureza”. (FILGUEIRAS, 2006, p. 64).

Essa lógica da flexibilidade, que o mundo passou a viver, abrange todas as áreas imagináveis: a derrubada das taxas alfandegárias e a liberação dos mercados internacionais à livre mobilidade de capital; a flexibilização da redução dos espaços físicos com a revolução nos transportes aéreos na década de 1960; a flexibilidade produtiva no emprego de máquinas e equipamentos, no que se refere às flutuações de demanda no mercado; flexibilização do mercado de trabalho, das leis e do uso da mão-de-obra. Em outras palavras, tudo deve ser flexibilizado contanto que os lucros se mantenham rígidos ou crescentes (POCHMANN, 1999).

Pollert (1988 *apud* HARVEY, 2011, p.178) afirma que “a descoberta da ‘força de trabalho flexível’ é parte de uma ofensiva ideológica que celebra a complacência e a eventualidade, fazendo-as parecerem inevitáveis.” Portanto o neoliberalismo condiz como ideologia adequada¹⁸ nessa fase do capitalismo por conta propagação da individualização na relação

¹⁸ A ideologia neoliberal consegue abraçar muito bem essa nova fase do capitalismo, dando um sentido positivista a este novo tempo. Pois tem como corolário, de toda sorte de filosofias, um viés positivista da nova fase do capitalismo. Isto é, a impressão que esta ideologia propaga é que vive-se no estágio econômico mais condizente com a natureza humana. A propagação desse tipo de ideologia implicada diretamente à naturalização

capital e trabalho; do enfraquecimento do sindicato combativo e pela própria cooptação do sindicato por parte da empresa para viabilizar a derrubada de toda e qualquer barreira ao livre comércio; e o uso do Estado como instrumento realizador dessas políticas.

Nesse sentido, a doutrina neoliberal serve tanto à reestruturação produtiva quanto ao processo de globalização, na forma como eles vêm ocorrendo. Esse dois outros fenômenos, por sua vez, se estimulam e se realimentam reciprocamente, acelerando o desenvolvimento das forças produtivas e ampliando o circuito da acumulação. (FILGUEIRAS, 2006, p. 64-65).

A partir da convergência desse tripé – globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva -, qual é a consequência para o mercado de trabalho que pode-se extrair até então? As principais consequências que aparecem são a perda da identidade do proletariado por conta da individualização e da cooptação dos sindicatos; o aumento da tendência ao desemprego estrutural. Em suma, com a reestruturação produtiva o cenário está montado para a flexibilização e a precarização do mercado de trabalho.

3.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL¹⁹

Alves (1998) afirma que a reestruturação produtiva brasileira está intrinsecamente associada ao processo evolutivo do capitalismo e que esta ocorreu três vezes aqui no Brasil, a saber, o primeiro no pós-guerra, o segundo chamado do “milagre brasileiro e o terceiro surto no período a partir da década de 1980 cuja modificação no padrão de gestão do trabalho fica mais evidente quando o toyotismo se consolidou. Os dois primeiros surtos serão abordados com finalidade de mostrar como se deu a introdução do taylorismo-fordismo no Brasil e a evolução ao modelo de acumulação flexível.

A indústria brasileira começou a ganhar importância após a República Velha, quando então Getúlio Vargas chega ao poder como chefe do Governo Provisório. Logo em 1929, houve a grande crise do capitalismo abalando o comércio internacional, do qual o Brasil participava ainda como grande exportador de café e outros produtos agrícolas, o que diminuiu as exportações do país gerando um enorme descompasso entre a estrutura produtiva nacional e

e conseqüentemente a uma individualização da vida, à sensação de um estágio permanente de competição: a eterna busca da eficiência – como no tempo da pré-história.

¹⁹ O termo reestruturação produtiva, colocado nesta seção, se refere ao que ocorreu na década de 1990 no período neoliberal a partir de Collor.

necessidade de crescimento econômico. Pois, então, Getúlio Vargas deu o pontapé inicial para arrumar a economia com o projeto industrial chamado hoje de Modelo de Substituição de Importação (1930-1980).

A partir desse cenário é que a indústria brasileira começou a crescer de forma mais robusta, com apoio do Estado e a emergindo da produção cafeeira. O café teve grande importância para isso, pois a partir dele que toda uma infraestrutura de transporte ferroviária e portuária somada com o desenvolvimento urbano foi estabelecida principalmente ao longo da região do Vale do Parnaíba em São Paulo. Neste contexto, pode-se identificar dois grandes vetores, um contra e outro a favor da industrialização. Pode-se dizer que o vetor a favor da industrialização está vinculado com a própria dinâmica da produção cafeeira. Os próprios cafeicultores investiam em alguma manufatura com os excedentes obtidos com as exportações, gerando o embrião da futura indústria. Por outro lado, o vetor contra a industrialização reside na estrutura política da República Velha, também conhecida como República do Café com Leite. Pois a sua conformação político-econômica girava em torno da manutenção da estrutura produtiva primária-exportadora. Neste sentido, o Estado Novo foi essencial para modificar a lógica primária-exportadora e fomentar a industrialização.

Desde a década 1920, já havia uma preocupação no escasso meio industrial brasileiro por um modelo de gerenciamento com foco na disciplina fabril. Isso justifica por que o meio industrial paulista já era inclinado com as ideias tayloristas, a saber, contra o Estado estabelecer uma legislação de férias e do trabalho do menor. Pois o empresariado dizia que, antes de haver tal regulamentação trabalhista, era necessário uma ampliação “do trabalho assalariado e constituir um conjunto de instituições que garantissem esta nova forma de produção e de relações de trabalho.” (DRUCK, 1995, p. 49). Foi depois da crise de 1929 e da “revolução de 1930”, que o taylorismo aparece como uma organização trabalhista de “racionalização do trabalho” bem moldada pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1931 pelo empresariado paulista.

No Brasil, a disciplina exigida no taylorismo passou a ser introduzida a “doses controladas” nas escolas de engenharia; com a preocupação de qualificar e disciplinar o trabalhador – cujo objetivo central era o de substituir o trabalhador estrangeiro, fonte de efervescência combativa frente ao empresariado. Daí é que veio a criação do SESI, SENAI e outros: para substituir o trabalhador estrangeiro pelo nacional através de seu treinamento para sua alocação na

indústria. Além disso, foi fundamental no governo de Vargas uma nova legislação trabalhista e um sindicato sob a vigilância e controle do Estado. Nesse caso, a polícia já possuía o papel de reprimir mobilizações trabalhistas. É interessante perceber que toda essa estrutura foi feita para moldar o trabalhador às novas regras do jogo. Isto é, todo um arcabouço teórico ensinado nas escolas de engenharia e uma nova organização social foram feitas para adequar o trabalhador ao que a organização do capital necessitava.

Na fundação do IDORT, o engenheiro Aldo Mário de Azevedo, seu precursor, alerta para a necessidade da implantação e da difusão do taylorismo como forma de fazer frente à “agitação reivindicatória” trazida pela revolução, bem como de responder ao recrudescimento “(...) das lutas de classes tão prejudiciais ao desenvolvimento e mesmo à existência de um organismo único, como é um país.” (VARGAS, 1985, p. 165 *apud* DRUCK, 1995, p. 50).

Somente quando o projeto industrial de Getúlio Vargas foi consolidado – hoje conhecido como Modelo Substituição de Importação -, é que o taylorismo se difunde amplamente como organização fabril. Assim, a industrialização passa a ser não apenas uma estratégia política, mas como uma etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, significando a consolidação do trabalho assalariado, disciplina fabril e no uso racional da força do trabalho e tecnologia. O Estado brasileiro teve papel importantes nesse processo tanto a favor dos trabalhadores com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), quanto contra pelo controle do movimento sindical através de uma estrutura verticalizada, oficializado pelo Ministério do Trabalho e sob absoluto controle do Estado (DRUCK, 1995).

Com a contextualização do início da industrialização brasileira, pode-se abordar o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil (ALVES, 1998). Assim, o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil ocorre no período pós-guerra, mais especificamente no governo de Kubitschek, marcado pela introdução de indústrias com perfil taylorista-fordista. O mundo passava por uma série de transformações no cenário geopolítico com a derrocada do poder fascista e a bipolarização mundial entre o capitalismo americano e a União Soviética. No contexto latino-americano, houve a criação da CEPAL como uma organização cujo objetivo estava em estudar para superar os obstáculos estruturais “característicos das sociedades subdesenvolvidas.” (NERY, 2004).

Essa época do pós-guerra no Brasil foi conhecido pelas ideias características desenvolvimentistas, como é dito:

Bielschowsky tem toda razão quando afirma que “os anos 1950 foram para a CEPAL os de auge da criatividade e da capacidade de ousar e influenciar” (Bielschowsky, 2000b, p. 25). Não há dúvida que a primeira década de trabalho da CEPAL, entre 1948 e 1959, foi a mais efervescente de sua história, pois significou o nascimento da primeira escola de pensamento não só da América Latina, como de todo o Terceiro Mundo. (NERY, 2004, p. 51-52).

O Estado brasileiro desenvolvimentista possuiu enorme papel em vários aspectos na industrialização brasileira. Nos anos 1950, o país passou por um processo de grande acumulação de capital, com uma configuração tripartite, qual seja, o Estado como agente de fomento e direcionamento das transformações econômicas, o capital estrangeiro e o capital privado nacional. Com efeito, essa estrutura organizativa se baseou no crescimento econômico financiado pelo capital estrangeiro e voltado para o mercado interno – essa configuração econômica ficou conhecida como Modelo de Substituição de Importação. Em meados da década de 1950, no governo Kubitschek, através do Plano de Metas, houve “um aprofundamento da abertura da economia ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto, acompanhada e amparada pelo investimento público.” (ALVES, 1998, p. 110).

Com isso, é formada uma nova configuração da estrutura produtiva brasileira adequada ao contexto capitalista mundial da época, cujo objetivo é reestruturar a relação entre centro e periferia.

É a partir daí [do Plano de Metas] que se constitui um novo tipo de objetivização do capitalismo industrial no Brasil, uma nova base material de acumulação do capital no Brasil, adequada à lógica do capitalismo mundial do pós-II Guerra Mundial, que tende a restabelecer, num novo patamar histórico, a relação centro-periferia. É em seu bojo que irrompe, com maior amplitude, um surto de reestruturação produtiva, sob o predomínio do padrão taylorista-fordista, que tende a constituir um novo mundo do trabalho (...).

Subjacente à constituição dos novos pilares da modernização hipertardia no Brasil, ocorria, no plano mundial, um novo período da internacionalização do capital, que instaurava uma nova divisão internacional do trabalho. A nova etapa de internacionalização do capital ocorria não apenas em sua dimensão comercial, com o incremento dos circuitos de mercadorias e de capitais, mas em sua dimensão produtiva – os países do capitalismo central começam a deslocar seus aparelhos industriais para a periferia do sistema capitalista mundial. (ALVES, 1998, p. 111).

No Brasil, ocorre uma mudança de eixo na produção industrial baseada, a partir do Plano de Metas, não mais do setor de produção de capitais, mas no setor de produção dos bens de consumo duráveis baseado no capital estrangeiro. Deve-se destacar a indústria automobilística como a mais dinâmica do novo padrão de acumulação do capital, localizada em grande parte nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (ALVES, 1998).

O capitalismo no Brasil é caracterizado como “capitalismo tardio” ou “capitalismo periférico”; por analogia, pode-se também conceituar a implementação do padrão fordista de gestão do trabalho como fordismo periférico. Esse conceito carrega em si a forma como esse primeiro surto de reestruturação produtiva está subordinado às necessidades dos países centrais de expandirem os seus negócios, havendo mudança na relação centro-periferia. Contudo, não se deve tomar este conceito como algo “inteligível em si, como algo já determinado pela nova divisão internacional do trabalho, pela lógica intrínseca do processo de acumulação do capital internacional,” o que leva a um economicismo “que isola a economia da política.” (ALVES, 1998, p. 114).

O fordismo periférico é um termo criado por Alain Lipietz para caracterizar a forma como os países periféricos se inseriram politicamente e economicamente vinculados aos países centrais. Esse conceito faz parte da Escola da Regulação onde Lipietz se localiza juntamente com R. Boyer e M. Aglietta como um dos principais nomes desta escola. Esta escola pretendia construir novos conceitos a partir do referencial marxista, incorporando elementos do keynesianismo – sem ofuscar a essência marxista. No caso específico do Brasil, Lipietz (1989) afirma que a introdução do fordismo, através do Modelo de Substituição de Importação, foi um apêndice e subordinado aos interesses dos países centrais, principalmente dos EUA – sobretudo pelo risco advindo da União Soviética.

Em suas palavras:

Por que “fordismo periférico”?

Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis.

Contudo ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do

setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro.

(...)

Portanto, o “fordismo periférico”, como lógica de acumulação – isto é, como componente de regimes de acumulação concretos -, pode ser analisado sob dois ângulos:

- como elemento do regime de acumulação interno a cada [Novo País Industrializado];
- como elemento do regime de acumulação associando o centro e os [Novos Países Industrializados], do ponto de vista do processo de produção total e dos mercados globais. (LIPIETZ, 1989, p. 318).

Apesar de a industrialização brasileira ter sido subjugada à lógica dos países centrais, pode-se dizer que a mudança do eixo produtivo foi benéfica à consolidação da indústria pelos seus efeitos multiplicativos:

A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira “onda de inovações” schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, cerificando-se um profundo “salto tecnológico”; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. (MELLO, 1984, p. 117 *apud* ALVES, 1998, p. 112).

Com efeito, o primeiro surto de reestruturação produtiva possibilitou, sob a direção do Estado, efeitos positivos não apenas do ponto de vista do capital, mas também do lado do trabalho. Houve a criação de muitos novos empregos na área industrial cuja absorção da oferta de mão de obra é muito maior do que no setor primário e cujos salários também se apresentam muito superiores a este setor²⁰. Na década de 1950, a geração de emprego pela indústria possibilitou a absorção de uma grande massa de trabalhadores de salário relativamente elevados, pois é válido salientar que grande parte da população ainda estava no setor rural. Com isso, desenvolveu-se um mercado interno mais robusto e novas classes com potencial sindical combativo capazes de dar uma nova dinâmica à democracia do país.

O segundo surto de reestruturação produtiva ocorre no Milagre Brasileiro em 1968-1973, quando na verdade foi um desdobramento do meados da década de 1950 com o Plano de Metas. Durante cinco anos, o país cresceu a taxas muito elevadas correspondendo a um tendência internacional do *boom* de crescimento em países como México e Coreia do Sul. Enquanto isso, na década de 1970, nos países centrais começava a surgir a III Revolução

²⁰ No final da década de 1940, no emprego industrial “predominava o emprego nos ramos têxtil, vestuário, couro, alimentos e bebidas, vidros e móveis, responsáveis por 54,1% do emprego. Em 1980, esta participação cai para 31,2%.” (DRUCK, 1995, p. 55).

Industrial, que abria um novo leque na exploração flexível do trabalho. (ALVES, 1998) Foi durante este período que os novos países industrializados surgiram de fato cuja principal característica é o fordismo periférico como já foi dito.

O Estado teve um papel primordial no desenvolvimento do capitalismo pela consolidação do fordismo. Porém não foi qualquer governo que estava no comando, pois

Foi necessário erguer também um regime autoritário, para fazer frente às alternativas econômicas e políticas nacionais de cunho reformista, que se inspiravam nos modelos fordistas desenvolvidos. Em linhas gerais, o golpe de 64 veio para selar este padrão de desenvolvimento periférico e, para isto, teve que por fim a todas as lutas e mobilizações da sociedade civil que se opunham a este projeto. Foi, portanto, centralmente pela via da coerção e da força, que se consolidou o fordismo no Brasil. (DRUCK, 1995, p. 55).

O fordismo brasileiro tomou um rumo bastante diferente daquele tomado pelos países centrais. Enquanto que o fordismo “clássico” mesclava um grande crescimento da economia somado a uma absorção virtuosa da massa de trabalhadores, com crescimento salariais proporcional ao crescimento da produtividade e havendo distribuição de renda, no Brasil as coisas foram bem diferentes. Em verdade, houve absorção de uma parcela de trabalhadores na indústria, porém em menor grau do que seria com o fordismo “clássico”; como também a tendência à depreciação salarial; a superexploração do trabalho era evidente e acentuada sob o regime ditatorial militar pelo despotismo no local de trabalho e a utilização de trabalhadores com baixa qualificação e alta rotatividade na linha de produção (HUMPHREY, 1980; CARVALHO, 1987; FLEURY, 1985 *apud* ALVES, 1998). Desse modo, pode-se afirmar que a inserção do fordismo (periférico) no Brasil continuou a reproduzir e até a amplificar as relações assimétricas entre o capital e trabalho.

Com o fim do “milagre brasileiro”, o Estado desenvolvimentista, preocupado em manter as taxas de crescimento do país, resolveu lançar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Este plano teve como objetivo completar a cadeia produtiva de bens consumo duráveis com a de bens de produção. A segunda motivação foi o limite de saturação alcançado pelo modelo de crescimento brasileiro baseado na demanda interna. Isto é, o Modelo de Substituição de Importação, baseado numa economia fechada, estava assentado sobre um pilar econômico frágil de tal modo que a renda das famílias altamente concentrada e uma produção voltada para o mercado interno atingiria seu ponto de saturação rapidamente – e foi o que

aconteceu. E a terceira motivação foi o crescimento baseado em poupança externa que, junto com o *sudden stop* do fluxo de capital motivado pela crise do petróleo, na década de 1980 estourou as contas externas, levando o país a enviar nessa década U\$ 91,5 bilhões como pagamento de juros da dívida externa. Isto é, o Brasil, no final do anos 1970, estava com crescente vulnerabilidade de suas contas externas, sendo necessário esforços no sentido de elevar o saldo da Balança Comercial (MATTOSO, 1990 *apud* DRUCK, 1995).²¹

O terceiro surto de reestruturação produtivo surge a partir do anos 1980, num período de grande tribulação na economia brasileira que, em alguns aspectos, se aprofundou na década de 1990 com a introdução do neoliberalismo. O que ocorre na década de 1980 é a difusão de um novo padrão de acumulação em âmbito internacional com a introdução da nova tecnologia, advinda da III Revolução Industrial dos anos 1970, e de uma série de novas técnicas de organização da produção através do padrão toyotista de gestão de trabalho.

A prática toyotista com os Círculos de Controle de Qualidade²² (CCQs) começa tímida a partir dos anos 1970, porém é na década de 1980 que o processo se acelerou.

Por um lado, respondem às exigências da nova redefinição da ordem econômica, da nova divisão internacional do trabalho e, portanto, das novas bases de competitividade no mercado internacional. Por outro, buscam se adaptar ao quadro de crise nacional que passa, inclusive, no âmbito fabril, por mobilizações dos trabalhadores, que exigem maior participação e controle sobre o processo de trabalho. (DRUCK, 1995, p. 61).

Em relação à implementação do padrão toyotista de gestão do trabalho, tanto Druck (1995) quanto Alves (1998) concordam que a grande difusão deste padrão ocorreu na década de 1990 juntamente com a introdução da política neoliberal.

Por isso que Alves (*idem*), ao se referir ao período anterior da consolidação do toyotismo, o chama de “toyotismo restrito”, em suas próprias palavras:

é o que poderíamos salientar como sendo o início de um novo complexo de reestruturação produtiva, que assumira um maior impulso apenas nos anos [19]90, indicando a constituição de um “toyotismo sistêmico”. (ALVES, 1998, p. 120).

²¹ Ver o tópico 1.3 no capítulo 1.

²² É válido salientar que a sua implementação nas fábricas foi recebida com resistência entre os trabalhadores e, por isso, em até algumas fábricas os CCQs foram abandonadas.

A reestruturação produtiva presenciada nos anos 1990 no Brasil foi produto de um conjunto de fatores, tais, como a liberalização da economia associada ao neoliberalismo e a implementação mais profunda do toyotismo. É nesse cenário mundial de grande competitividade que coloca a reestruturação produtiva como necessidade para levantar a indústria nacional a um patamar mais elevado na concorrência mundial e local – como no caso do Mercosul.

Como primeiro ponto para a reestruturação produtiva, a liberalização econômica surge como imperativo mundial principalmente para os países considerados mais fechados. A pressão internacional à abertura comercial ocorria de instituições, a saber, FMI, Banco Mundial e OMC, para facilitar os fluxos de capitais e contribuir na valorização de um novo capital financeiro de caráter especulativo. No caso do Brasil, no final da década de 1980, o governo Sarney foi alvo de pressão do capital financeiro a adotar tais medidas liberalizantes, na qual a classe monopolística burguesa teve importante papel. Com isso, surgiram as primeiras mudanças liberalizantes na política econômica a fim de retomar o dinamismo da acumulação capitalista. Alguns programas foram implantados na produção fabril a favor da qualidade e aumento da produtividade nos setor produtivo (Programas Setoriais Integrados - PSI, Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PDTI e Programas Especiais de Exportação - BEFIEX) (ARBIX, 1996, p. 62 *apud* ALVES, 1998).

O governo Collor²³ foi marcado pelas idiossincrasias da figura do presidente “caçador de marajás” e por ter sofrido o *impeachment*. Na esfera econômica, seu governo foi o marco da implementação de medidas neoliberais. O Plano Collor I²⁴ lançou um pacote de medidas de política industrial chamada “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior” (PICE), o qual promoveu a liberalização comercial com a desregulamentação, redução de alíquotas de importações e uma mudança na política cambial, que passou a ser fixada pelo mercado “através de agentes econômicos autorizados a operarem com a moeda estrangeira” (FILGUEIRAS, 2006, p.88).

Com essa diminuição da restrição à entrada importados, as fábricas brasileiras foram obrigadas, em um curto período de tempo, a si modernizarem, pois aquelas fábricas cujo

²³ Collor, ainda como candidato à presidência, adotou uma postura “bonapartista” (FILGUEIRAS, 2000, p. 84).

²⁴ Por outro lado, o discurso neoliberal proferido pelo governo Collor ainda não era visto com “bons olhos” dentre a maioria do empresariado nacional, pois este ainda era marcado pela cultura protecionista do MSI.

preço e qualidade não estivessem condizentes com o padrão internacional, certamente perderam parcelas de mercado e por isso muitas entrariam em falência. As empresas tiveram que aumentar sua produtividade e aprender a lidar com o mercado sem os incentivos e subsídios fiscais do governo. Porém, além de querer a abertura comercial, o plano de modernização incentivava obrigava a reestruturação produtiva às empresas privadas nacionais com o apoio de créditos oficiais “utilizados seletivamente e dirigidos exclusivamente para os investimentos necessários à reestruturação da indústria brasileira e à expansão do comércio exterior.” (GOUVÊA, 1991, p.24 *apud* ALVES, 1998, p.207).

É válido lembrar que o contexto econômico brasileiro era bastante conturbado²⁵. As altas taxas de inflação, um país saído de uma década “perdida” e com taxas de desemprego elevadas faziam o país ansiar por medidas que o tirassem dessa situação. As medidas neoliberais, por essa perspectiva, apareceram como um primeiro passo rumo à estabilidade monetária que, porém, foi atingida em detrimento de uma maior vulnerabilidade das contas externas e de uma perda de robustez da indústria nacional²⁶. Dessa forma, a implementação das políticas neoliberais prosseguem nos governos subsequentes de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso com as privatizações, diminuição de restrições do movimento de capital (principalmente o de curto prazo)²⁷.

O segundo ponto é a “crise político-ideológica das estratégias de classe no Brasil” o que deu sustentação às “condições subjetivas para a nova hegemonia do capital na produção” (ALVES, 1998, p. 210). Com efeito, o sindicalismo e a mobilização dos trabalhadores impediram por algum tempo a difusão total dos CCQs, o sucesso da implantação das técnicas toyotistas se deu em detrimento da derrota política e ideológica talvez do trabalho – assim como se deu no Brasil, ocorreu também no Japão, na Grã-Bretanha, com Thatcher e EUA com Reagan (CORIAT,1994; PETRAS, 1994 *apud* ALVES, 2008). O enfraquecimento do sindicalismo combativo da CUT ocorreu por conta do crescimento do desemprego na indústria que, por sua vez, está ligado à abertura comercial. Tal fato somado à queda do regime soviético foram grandes choques contra a ideologia esquerdista e o poder de barganha que os sindicatos possuíam. Com isso, os trabalhadores passaram a temer a perda dos seus

²⁵ O governo Collor, conforme Alves (idem), não só utilizou a péssima situação macroeconômica para forçar o país à reestruturação produtiva, mas também criou condições políticas e ideológicas para o desenvolvimento do toyotismo sistêmico.

²⁶ Recentemente o tema da desindustrialização está na pauta de discussão entre os economistas.

²⁷ O governo Lula prosseguiu na mesma linha macroeconômica do governo anterior com o tripé: superávit fiscal primário, câmbio flexível e regime de metas de inflação.

empregos caso demandassem aumento salariais e outros benefícios²⁸. Por outro lado, a existência de uma ala conservadora, passiva e pelega possuiu papel ativo na destituição do papel combativo do sindicalismo, como afirma Boito Jr. (1996): na medida que novos governos neoliberais em outros países eram eleitos, mais o sindicalismo se aliava à ideologia neoliberal, ilustrado pela criação da Força Sindical em 1991.

O terceiro ponto é a introdução do padrão toyotista de gestão do trabalho o qual se diferencia do toyotismo restrito da década de 1980. Pode-se dizer que esta década foi um período de transição entre o fordismo, cujo ápice de sua difusão como padrão entre as fábricas foi na década de 1970 segundo Silva (1993), e o toyotismo da década de 1990 com característica mais sistêmica e integrada, menos parcial, “procedimento contrário ao ocorrido inicialmente, com a implementação dos círculos de controle de qualidade nos anos 80, progressivamente abandonados até o final da década” (DRUCK, 1995, p.104). Assim, o toyotismo restrito passou a ser implementado nas fábricas e tempo depois a sua difusão se aprofundou – principalmente no setor automobilístico. Em outras palavras, as motivações pelas quais houve a introdução do toyotismo foram as mesmas que aprofundou a difusão deste no meio fabril. A respeito desse contexto, Gitahy (1994) explica:

(...) Se o problema dos anos 70 era produzir “quantidade, já nos anos 80 a palavra-chave passa a ser “qualidade. O aumento das exportações, por um lado, e o aumento da concorrência no mercado interno, por outro, colocaram na ordem do dia para as empresas a necessidade de elevar seu nível de produtividade e eficiência. (...) Esse quadro, em que a instabilidade econômica do país e a retração do mercado interno se associam à intensificação da concorrência internacional, tem induzido as empresas a se reestruturar, mediante a introdução de um conjunto de inovações de produto e de processos e de relações entre clientes e fornecedores baseadas no modelo japonês (...). (GITAHY, 1994, p. 150 *apud* DRUCK, 1995, p. 104).

Gitahy (1994) escreve que, o Brasil mesmo estando no contexto de crise, instabilidade econômica e desemprego, a cultura despótica e autoritária que conduzem a relação entre capital e trabalho dificultavam as transformações para modernização industrial.

Dessa forma, pode-se dizer que o toyotismo sistêmico é caracterizado pela proliferação dos métodos toyotistas adaptados ao capitalismo brasileiro, quais sejam, terceirização, *just in time*, *kanban*, círculos de controle de qualidade (CCQ), controle estatístico de processo, controle de

²⁸ O alinhamento entre o sindicato e o patrão teve como promessa a manutenção do emprego, principalmente aquele na indústria de automóveis, o que não ocorreu (BOITO JR., 1996).

qualidade total (CQT), kaizen (melhorias contínuas) e outros. A consequência da estratégia de racionalização, segundo Alves (1998), é a redução de custos de produção (*lean production*), “redução da jornada de trabalho, salários e redução de trabalhadores” – chamada liofilização (ANTUNES, 2009).

Fica evidente a alta compatibilidade entre o fenômeno da introdução do padrão toyotista e as políticas neoliberais. Ambos se complementaram bem no cenário internacional e, agora, no Brasil, percebe-se o mesmo. A ideologia neoliberal, como já foi visto, trabalha com a subjetividade do indivíduo, o individualizando, e assim os efeitos políticos e sociológicos são refletidos na desintegração do sindicalismo combativo. O trabalhador não se sente mais plenamente representado pelo sindicato - somando-se a isso surge o sindicato pelego e cooptado pelo patronato –, com isso, as negociações salariais deixam de ser estabelecidas pelo sindicato, e passam para a esfera assimétrica individual entre o empregador e o trabalhador. Em suma, a reestruturação produtiva obteve êxito na captura do consentimento operário,

Um dos principais requisitos para a obtenção de qualidade e produtividade na era da mundialização do capital, sob a III Revolução Tecnológica. (...) Sob o toyotismo sistêmico, a dimensão do velho despotismo do capital é subsumida, cada vez mais, por procedimentos reais de participação operária direta em decisões operativas do processo de produção. Ocorre a adoção sistêmica de novas práticas organizacionais vinculadas à lógica do toyotismo, inclusive com mecanismos de emulação operária voltados para o “envolvimento estimulado”, não apenas no nível do processo de produção (caso, por exemplo, da recomposição da dívida do trabalho), mas com a adoção de novos sistemas de pagamento capazes de capturar a subjetividade operária (é o caso dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados). (ALVES, 1998, p. 221).

Com isso, verifica-se que a reestruturação produtiva no Brasil ocorreu por uma conjunção de fatores na qual o cenário econômico da concorrência intercapitalista e das inovações tecnológicas não podem ser separados da análise política, pois corre-se o risco de limitar o assunto a apenas um determinismo tecnológico ou econômico. A exposição dos atores políticos e as suas decisões demonstram que é na política onde as coisas de fato acontecem, onde a economia nem sempre é a lógica que a conduz.

3.3 DESEMPREGO ESTRUTURAL

3.3.1 Desemprego na teoria econômica²⁹

Na teoria econômica, as interpretações e explicações do funcionamento do mercado de trabalho, do emprego e desemprego são bastante diferentes. Essas divergências ocorrem na definição, natureza e a explicação de suas causas e consequências. Por isso, é válido expor algumas dessas visões, principalmente porque nas próximas seções as visões de Keynes e de Marx são brevemente expostas.

O desemprego na teoria marxista é visto como algo estrutural, significa que a própria dinâmica interna do capitalismo cria as condições para a sua manutenção, estando este fenômeno articulado com o conceito do Exército Industrial de Reserva. Esse desemprego sempre existente tem a ver com a necessidade de o capital revolucionar as forças produtivas a partir do crescimento da composição orgânica do capital.

Em cada momento do capitalismo, o tamanho desse contingente é regulado pelos movimentos cíclicos da economia – quando em trajetória ascendente, há diminuição dessa população e em trajetória descendente, há o seu aumento. Neste caso, a função econômica do Exército Industrial de Reserva são duas: i) o capital sempre tem à disposição um contingente de desempregados disposto a vender sua força de trabalho para garantir sua própria sobrevivência; ii) esse contingente também atua regulando o nível salarial, pois enfraquece os sindicatos e diminui as exigências do trabalhador. Neste último caso, o medo do desemprego é a grande arma.

A análise dos desempregados é feita por Marx, desagregando o Exército Industrial de Reserva nos seguintes grupos de trabalhadores, de acordo, exclusivamente, com a função de cada um no processo de acumulação: i) uma parcela “flutuante”, que está sempre à disposição do capital e que aumenta e diminui de acordo com as fases do ciclo econômico; ii) uma parcela “latente”, que se refere a levas de imigrantes expulsos do campo e que vêm engrossar as fileiras dos desempregados; e, por fim, iii) uma parcela “estagnada” constituída pelas camadas mais frágeis da classe trabalhadora e composta por pobres, velhos, crianças, deficientes de todo os tipos e “desclassificados” sociais em geral. (FILGUEIRAS; PINTO, 2003, p. 39).

²⁹ Esta seção é extraída do artigo de Filgueiras e Pinto (2003).

Na teoria neoclássica, o desemprego é visto como um fenômeno temporário e passageiro. Este desemprego é denominado friccional e ocorre quando há um descompasso entre a oferta e a demanda em diversos mercados de bens e serviços que requer a transferência de recursos e de trabalhadores entre esses mercados. Ao final desse ajuste, se restabelece o equilíbrio no mercado de trabalho.

A teoria neoclássica identifica dois outros tipos de desemprego além do friccional, quais sejam: i) decorrente das falhas de mercado de trabalho que distorcem o funcionamento das forças de mercado, como a ação monopolista dos sindicatos e o estabelecimento de um salário mínimo. Essas falhas atuam elevando os salários acima do nível de equilíbrio de tal maneira que desestimulam a contratação de trabalhadores; ii) o chamado desemprego voluntário decorre de uma situação em que ou o trabalhador ou o empregador não estão dispostos a trabalhar ou empregar porque não aceitam a faixa salarial de equilíbrio.

Por fim, encontram-se as teorias de Keynes e de Kalecki que, por diferentes caminhos, a partir da crítica à teoria neoclássica, constataam a importância do princípio da demanda efetiva, que lhes permite identificar o chamado desemprego involuntário. Este conceito admite a existência de desemprego decorrente do excesso de oferta de trabalho, isto é, mesmo havendo gente disposta a trabalhar por um nível salarial mais baixo do que de mercado não há emprego.

Desse modo o desemprego, além de ser uma característica própria do capitalismo, não tem a sua origem determinada por salários elevados, acima do nível que equilibraria demanda e oferta, em razão, por exemplo, da intervenção dos sindicatos e do governo. Muito pelo contrário, diferentemente dos neoclássicos – que acreditam que a solução para o desemprego é o livre funcionamento dos mercados e, em especial, do mercado de trabalho –, as formulações keynesiana e kaleckiana acerca do funcionamento do capitalismo e, em particular do desemprego, implicam uma regulação institucional do mercado de trabalho, através de políticas governamentais e da ação de organizações empresariais e de trabalhadores. (FILGUEIRAS; PINTO, 2003, p. 41).

3.3.2 Aspectos iniciais

A passagem do feudalismo para o capitalismo modificou a lógica produtiva e as relações de produção. Agora, o trabalhador tem de ser duplamente livre: livre de todas as amarras pessoais do senhor feudal e livre, despossuído, dos meios de produção que garantam seu

acesso à possibilidade de autonomia na produção. No capitalismo não mais existe direitos consuetudinários que garantam a sua ligação, balizada pelo trabalho servil, à terra e ao senhor feudal, isto é, após a morte dos pais, não existe qualquer lei ou costume que garanta o posto de trabalho para o filho. Por isso, no capitalismo, o trabalhador permanece a mercê do capitalista para ser empregado: o proletariado só será empregado caso o capitalista desejar ter mais lucro, enquanto isso o primeiro tem de buscar outros meios de sobrevivência.

O problema do desemprego passou a ser tratado como um problema social a ser solucionado principalmente pelo Estado a partir das concepções keynesianas – antes disso o desempregado era denominado de vagabundo. Em termos históricos, desde o êxodo rural ocorrido na Grã-Bretanha no século XVIII pelos *enclosures* – fato que antecedeu o surgimento da grande indústria -, a constituição da classe trabalhadora foi conduzida pelo fio da vulnerabilidade e incerteza trabalhista, desembocando imediatamente na busca pela defesa de um trabalho decente.

Ao mesmo tempo, tem-se o capital, personificado na figura do patrão burguês, à procura de uma fórmula de constante crescimento da produção. Ao longo do tempo, o patronato percebeu que, para se chegar à essa fórmula, é imprescindível a redução da procrastinação por parte do empregado, jornadas de trabalho extenuantes e, por que não, a utilização da exploração do trabalho infantil, com a justificativa: tudo em nome da competitividade e do lucro. Com isso, a partir da teoria de Marx, aparecem os dois pólos basilares da dinâmica do capital, de um lado aqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver e do outro lado, aqueles que necessitam da força de trabalho para obter seu lucro (proletariado e capitalista). Essa relação paradoxal, Hegel nomeia de unidade dos contrários, como se fossem as duas faces da mesma moeda: um não pode existir sem o outro, mesmo com toda a discordância inerente.

Grandes pensadores, como Aristóteles e Keynes, já reservaram parte de seu tempo para imaginar como seria o futuro onde as máquinas fariam todo o trabalho e o homem utilizaria seu tempo em diversão. Porém, já no século XVII, as próprias máquinas que poderiam ser utilizadas para cumprir o desejo de Aristóteles, inseridas no sistema capitalista, ao invés de viabilizarem o entretenimento para os trabalhadores, poupando sua mão-de-obra, os impediram. Por definição justifica-se: o proletariado não pode dispor do tempo livre em lazer se já não possui renda para tal. Já no século XVII ocorre um dos primeiros conflitos entre a

“máquina” e o trabalhador: a introdução da máquina de tear, naturalmente poupadora de mão-de-obra, sofre os primeiros sinais de repulsa por parte dos trabalhadores. A consequência disso foi a proibição de seu uso em diversas cidades europeias (COUTO *et al.*, 2009).

Em época mais recente, o movimento ludista apareceu com o mesmo argumento, dizendo que a máquina estava desempregando os trabalhadores e por isso era necessário quebrá-las. Marx criticou-os e disse que a revolta contra as máquinas era errada, pois contra quem eles deveriam verdadeiramente se insurgir era o modo de produção capitalista. A máquina é uma ferramenta em si mesma neutra, e por isso ela não deve ser condenada pelos trabalhadores, pois facilita a fabricação de mercadorias.

3.3.3 Desemprego estrutural³⁰ e desemprego tecnológico

Por ambos os conceitos serem muito próximos, faz-se necessário abordar e diferenciar o conceito de desemprego estrutural do desemprego tecnológico para que não haja confusão. O conceito do desemprego estrutural possui uma abrangência maior do que o conceito do desemprego tecnológico.

Desemprego estrutural ou tecnológico³¹: como indica o nome é a própria estrutura econômica que passa a ser desempregadora sem perspectiva de voltar a ser empregadora. Trata-se não propriamente de perda, mas da extinção dos postos de trabalho (...). Resulta do aprimoramento do processo produtivo através de novas formas de organização de trabalho e da aplicação de novas tecnologias. Este tipo de desemprego vem sendo provocado então, pela modernização de máquinas e equipamentos, que melhoram significativamente a produtividade, causando a redução da mão-de-obra. (MARTINS, 2006, p. 34-35).

Simonsen (1963) traz uma importante contribuição à questão:

A conceituação convencional dessa modalidade de desemprego é bem conhecida: admite-se que a quantidade de mão-de-obra disponível seja de tal forma excessiva em relação ao capital e à terra existentes que se torne impossível ocupar produtivamente toda a oferta de trabalho; em outras palavras, supõe-se que, pela escassez de fatores complementares, a produtividade marginal do trabalho se anule. Ao contrário do keynesiano, o desemprego estrutural não se pode curar pela simples intensificação da

³⁰ Pela dificuldade em se achar uma boa conceituação deste termo – talvez por conta da vasta literatura –, utiliza-se aqui apenas esses dois autores para essa conceituação.

³¹ Neste caso, pode-se perceber que a autora mescla ambos os conceitos. Ambos os conceitos possuem a mesma consequência para o mercado de trabalho e, por isso, neste aspecto não há prejuízo em coloca-los equiparados.

demanda global (...).A única terapêutica adequada consiste na progressiva acumulação de capital. (SIMONSEN, 1963, p. 28).

O componente estrutural do desemprego remete a própria problemática do capitalismo, no qual sua tendência interna impede que todas os desempregados consigam trabalho ao mesmo tempo. Agregando-se a conceituação de Martins (2006) com a contribuição de Simonsen (1963), tem-se que o desemprego estrutural é um fenômeno caracterizado pela parcela da população sempre desempregada que, por conta da estrutura econômica, dificilmente encontra algum trabalho. As principais componentes deste são o desemprego tecnológico e as inovações na gestão do trabalho. É importante ressaltar que o desemprego estrutural é um conceito teórico de difícil mensuração que apreende as circunstâncias estruturais da economia.

Por sua vez, o conceito do desemprego tecnológico, além de ser tão usado quanto o primeiro, é dificilmente conceituado nos artigos. O motivo deste conceito ser dificilmente abordado pode ser atribuído, por um lado, ao fato de seu conceito ser bastante consagrado e reconhecido e, por outro lado, por ele ser intuitivo e dedutivamente lógico. Com isso, Couto *et al.* (2009) delimita o conceito da seguinte forma:

O que é desemprego tecnológico? Seria a existência de operários demitidos por causa de uma nova máquina que foi introduzida na esfera produzida de uma ou algumas empresas? Nada disso. A demissão não caracteriza a existência do desemprego tecnológico. O certo é o seguinte: existe desemprego tecnológico quando o operário demitido pela introdução de uma nova máquina no processo produtivo não encontra um novo emprego num curto período de tempo, ficando desempregado por longo período. Caso o trabalhador demitido pela nova máquina encontre um novo emprego rapidamente numa outra empresa, ele não é desempregado, logo não existe desemprego tecnológico por que não existe desemprego. O desemprego tecnológicos existe quando há desemprego, e caso este desemprego tenha sido causado pela introdução de uma nova máquina ou tecnologia. (COUTO *et al.*, 2009,p.1-2).

Com estas duas variáveis conceituadas e diferenciadas, pode-se retomar a história do desemprego tecnológico. Marx traz uma grande contribuição à discussão quando afirma que a maquinaria, além de ser prejudicial aos trabalhadores por ser poupadora de mão-de-obra, é um instrumento utilizado para simplificar as atividades mais difíceis da produção. Sua implicação direta é a substituição de um trabalho complexo, e por tanto mais qualificado, por um mais simples e menos qualificado podendo ser facilmente feito por qualquer um, inclusive por

crianças. Contudo Marx nunca disse que a ampliação da composição orgânica do capital não pudesse ser conciliada com o aumento do emprego. Dessa forma, o conceito do Exército Industrial de Reserva torna-se importante, na medida que o crescente desemprego pressiona o mercado de trabalho que, por sua vez, pressiona por uma redução dos salários.

Vale a pena citar esse movimento descrito por Marx que se refere ao desemprego tecnológico:

Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas „temporário“, por outro, que a maquinaria só se apodere paulatinamente de todo um setor de produção, ficando reduzida a dimensão e a intensidade de seu efeito destruidor. Um consolo bate o outro. Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais horrendo do que a progressiva extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, arrastando-se por décadas e consumando-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram com suas famílias a 2,5 pence por dia. (MARX, 1984, p. 48-49).

“Marx não concorda que o sofrimento provocado pela maquinaria sobre os trabalhadores seja ‘temporário. Para ele, ‘(...) o efeito ‘temporário’ da maquinaria é permanente, ao se apoderar constantemente de novos setores da produção’ (MARX, 1984, p. 49).” (COUTO *et al.*, 2009, p. 8). Marx afirma que o trabalhador desempregado pode encontrar um novo trabalho, porém apenas através do investimento de um novo capital, e não pelo mesmo capital que foi empregado na compra da maquinaria. Em outras palavras, é possível que, em números absolutos, a quantidade de empregados cresça mesmo com a reestruturação produtiva, porém, em termos da composição orgânica do capital, a massa relativa de empregados sempre será menor do que antes da reestruturação³² (COUTO *et al.*, 2009).

³² “Em termos absolutos, o número de trabalhadores empregados cresceu de 100; em termos relativos, ou seja, em relação ao capital global investido, caiu de 800, pois o capital de 2 mil libras esterlinas teria, no antigo modo de produzir, ocupado 1.200 em vez de 400 trabalhadores. A redução relativa do número de trabalhadores é, portanto, compatível com seu aumento absoluto.” (COUTO *et al.*, 2009, p. 62).

Podemos concluir, portanto, de acordo com as ideias de Marx, que a maquinaria era, em parte, responsável pelo desemprego, mas que novos investimentos poderiam absorver os trabalhadores demitidos. Marx não apontou com clareza, mas demonstrou que sabia que o desemprego dependeria da velocidade de crescimento de quatro variáveis: 1) o avanço tecnológico; 2) o crescimento populacional; 3) a taxa de acumulação de capital (ou novos investimentos); 4) e a redução da jornada de trabalho. (COUTO *et al.*, 2009, p. 9).

A reestruturação produtiva, como já foi caracterizada, é composta de dois principais variáveis, quais sejam, a inserção de conteúdo tecnológico mais eficiente e a mudança organizacional de uma estrutura produtiva que pode ser derivada da primeira; isso significa que, a depender de como a reestruturação produtiva interage com as outras variáveis – tais quais³³ crescimento populacional, taxa de acumulação de capital e a extensão da jornada de trabalho – essa relação pode contribuir, em maior ou menor grau, na movimentação da taxa de desemprego.

O conceito marxiano de Exército Industrial de Reserva, apesar de ter sido criado num contexto da inserção da grande indústria e da extinção dos tecelões manuais, possui grande relevância nos estudos atuais sobre o desemprego. É válido ressaltar que este conceito já foi revisitado inúmeras vezes, remodelado e trazido ao contexto mais moderno das grandes cidades com diversas roupagens, tais quais, *underclass* nos EUA, teoria da exclusão social na França e teoria da marginalidade na América Latina. Contudo, o conceito de Marx ainda é considerado central, como se evidencia no trabalho de Nun (2000 *apud* ALVES; ESCOREL, 2012) do qual trata de

Enfatizar a relação estrutural entre o processo de acumulação capitalista que prevaleceu na América Latina e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social, em contraste com as tendências interpretativas da “cultura da pobreza” (LEWIS, 2006), que responsabilizavam os pobres por sua condição. (ALVES; ESCOREL, 2012, p. 103).

Apesar desse conceito ser bastante utilizado para caracterizar um segmento da classe proletária, o Exército Industrial de Reserva não deve ser visto como um bloco monolítico, impenetrável, do qual um grupo de trabalhadores determinado participa enquanto um outro grupo de trabalhadores fica de fora. Na verdade, três grupos fazem parte da dinâmica do Exército Industrial de Reserva: superpopulação flutuante, latente e estagnante (WANDERLEY, 2012). O primeiro é representado por aqueles trabalhadores inseridos no

³³ Não é necessário explicitar o crescimento da produtividade do trabalho, pois já é inerente ao avanço da reestruturação produtiva.

trabalho forma, mas que ora estão empregados, ora desempregados; o segundo constituído pelos pequenos produtores arruinados e principalmente pelos camponeses pobres e pelos operários agrícolas que estão ocupados na agricultura somente durante parte do ano; terceiro representado pelos trabalhadores inseridos em trabalhos irregulares e pode ser dividido em três outros grupos, quais sejam:

Os aptos para o trabalho, os filhos e órfãos dos indigentes e os incapazes para o trabalho. É nesta fração da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização e a miséria. Mas é também parte essencial para o aumento da riqueza capitalista” (OLIVEIRA, 2010, p. 279).

Na década de 1970, uma crise de carácter estrutural se abateu sobre os EUA e a Europa, e a sua consequência imediata foi o aumento da taxa de desemprego. Somado a este fato, os presidentes Ronald Reagan e Margareth Thatcher chegaram ao poder nos EUA e na Inglaterra, tornando-se marco de uma nova etapa do capitalismo. Juntamente, com as menores taxas de crescimento do país, com a reestruturação produtiva e desmonte do fordismo resultado decorrente foi um grande crescimento do desemprego na década seguinte. A taxa de desemprego dos Estados Unidos na década de 1960 subiu de 4,5% para 5,4% na década de 1970³⁴. Na década de 1980, as coisas ficaram ainda piores com a média do desemprego alcançando 6,2%. O desemprego não foi a única razão de preocupação para as famílias, pois foi acompanhado por novos postos de trabalho com menores remunerações.

Apesar do crescimento médio do desemprego em duas décadas ter sido de quase 2%, a partir da década de 1990, a taxa voltou a cair, alcançando 4,2%. Com base nas quatro variáveis estabelecidas por Marx, dado que na década de 1990 o crescimento populacional foi menor do que a década passada (1980 foi de 11,5% e em 1990 foi de 9,8%)³⁵ e o PIB voltou a crescer de uma taxa de 2,3% para uma de 3,2%³⁶, pode-se afirmar que a reestruturação produtiva impactou mais a taxa de desemprego na década de 1980, se comparada com a década posterior, porque, além destes dados, houve uma mudança estrutural no país de lógica fordista para um padrão toyotista de gestão de trabalho. Com isso, poderia se afirmar que as variáveis estabelecidas por Marx se encaixam com a flutuação do desemprego ocorrida nos EUA. É válido pontuar que, a despeito da queda da taxa de desemprego, a qualidade dos novos postos

³⁴ Dados retirados do *Bureau of Labor Statistics*, disponível em: <<http://www.bls.gov/data/>>.

³⁵ <http://www.census.gov/>

³⁶ http://www.indexmundi.com/united_states/gdp_real_growth_rate.html

de trabalho, em grande medida, piorou mesmo com a inserção de nova tecnologia e a consequente necessidade de trabalho qualificado para o seu manuseio.

Assim, durante a década de 1960, 1970 e 1980, as taxas crescentes do desemprego se tornaram motivo de grande alarde para os economistas. Muitos tiveram uma leitura catastrófica desse período “pós-moderno”, em que se dizia que a sociedade estava caminhando para um tempo no qual as pessoas seriam definitivamente substituídas por máquinas. Alguns ainda advogaram o fim do trabalho e a perda das potencialidades da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009). A própria revista *Newsweek*, conforme expõe Rifkin (1995), mergulhou neste tema e publicou um artigo dedicado ao desemprego tecnológico: “E se realmente não existissem mais empregos?”

Dessa forma, Rifkin (1995) revela sua preocupação com o tema:

Para alguns, especialmente para os cientistas, engenheiros e empregadores, um mundo sem trabalho sinalizará o início de uma nova era na história, na qual os seres humanos serão libertados finalmente de uma vida de árduo trabalho e de tarefas repetitivas sem sentido. Para outros, a sociedade sem trabalhadores evoca a ideia de um futuro sombrio de desemprego em massa e pobreza generalizada, acentua por tumultos sociais e revoluções. Em um ponto, virtualmente todas as correntes em disputa concordam. Estamos, efetivamente, entrando em um novo período na história – em que cada vez mais as máquinas tomarão o lugar dos seres humanos no processo de fabricação e de transporte de bens e fornecimento de serviços. (RIFKIN, 1995, p. 13).

A despeito da tese do fim dos empregos, Antunes (2009) critica e afirma que tal coisa não é possível de acontecer - mesmo com o dados a seu favor mostrando o aumento do desemprego nos EUA -, pois o capitalismo precisa necessariamente de trabalho vivo para, através de sua exploração, retirar mais-valia. Ou seja, a existência de um tipo de trabalho essencialmente intelectual, cuja mercadoria seja imaterial, não deixa de ser trabalho vivo, porém apenas uma nova modalidade de trabalho vivo.

3.3.4 O desemprego estrutural viabiliza a precarização?

Percebe-se que, desde a introdução da reestruturação produtiva, as empresas têm buscado novas características do trabalhador diferentes daquelas necessidades da empresa fordista. Além disso, nota-se um fato curioso: a partir da introdução de novas tecnologias e da

racionalização do trabalho, os novos empregos têm sofrido um efeito contraditório. Por um lado, ela gera empregos na área de tecnologia da informação, consultores e especialistas em racionalização do processo produtivo, empregos de alta qualificação e remuneração, trabalhadores “ultra qualificados”, que lidam e desenvolvem tecnologia de ponta e cujos salários correspondem a sua qualificação educacional exigida. Por outro lado, o avanço tecnológico viabilizou a criação de novos empregos cuja precarização é o seu fio condutor (ANTUNES, 2009).

No Brasil, o surgimento desses empregos com tais características corresponde à grande parte dos postos de trabalho criados nos últimos anos. Dentre estes, destacam-se operadores de *telemarketing*, motoboys, terceirizados e subcontratados. Para se ter uma ideia, Pochmann (2012) revela que 94% das vagas criadas entre 2004 e 2010 foram de até 1,5 salário mínimo³⁷.

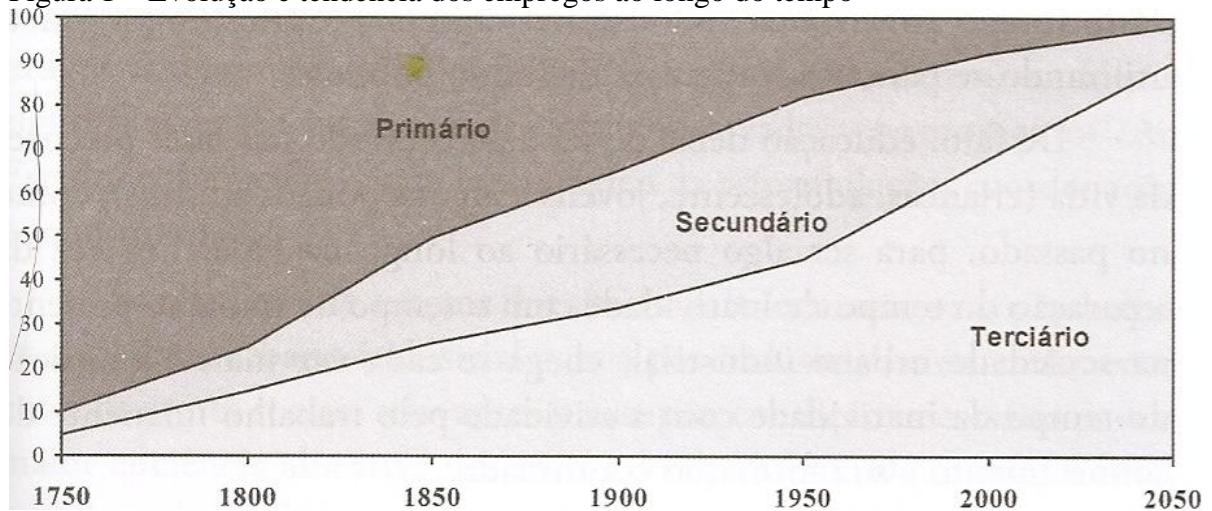
Com relação a esses novos empregos, Antunes (2009) os conceitua como fazendo parte da *nova morfologia*³⁸ do trabalho:

Que compreende desde o operariado (industrial e rural), em relativo processo de redução, em especial nos países do Norte, até o proletariado de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários, que se ampliam em escala mundial, dos quais são exemplos também os(as) trabalhadores(as) de *telemarketing* e *call center*, (...) os motoboys que morrem nas ruas e avenidas entregando bens materiais adquiridos no universo virtual, os assalariados dos hipermercados, dos *fast-food*, locais onde um crescente proletariado de serviços vivencia o que se poderia chamar de *walmartização* do trabalho, um processo de precarização acentuado que se aproxima do que Ursula Huws [HUWS, 2003] designou como *cibertariado*, o proletariado da era da cibernética, que vivencia as condições de *trabalho (quase) virtual* em um *mundo (muito) real*, tanto mais *heterogêneo* em seu perfil quanto homogêneo em sua precarização estrutural e acentuado nível de exploração de trabalho, o que possibilita descortinar novas potencialidade de organização e busca de pertencimento de classe, distantes da propalada *integração do proletariado*. (ANTUNES, 2009, p. 268).

³⁷ Como esses novos empregos são de baixa remuneração, a implicação é que eles tenham grande correspondem com os ditos “novos empregos”.

³⁸ A *nova morfologia do trabalho*, na verdade, traz argumentos contra o mito da crescente absorção de mão-de-obra cada vez mais qualificada e bem remunerada, pois, apesar de esta ter sido gerada, este número se torna ínfimo se comparado com a criação de empregos de caráter precário.

Figura 1 – Evolução e tendência dos empregos ao longo do tempo



Fonte: POCHMANN, 2011, p. 63

Com os novos padrões de gestão de trabalho, a migração de trabalhadores do setor secundário para o terciário se intensifica. É importante ressaltar que a perda de empregos no setor secundário não deve ser vista necessariamente como um processo maniqueísta, no qual a figura do patrão transpira sadismo, contudo, até certo ponto, como um processo natural, intrínseco ao capitalismo, de melhoramento da produção utilizando-se novas técnicas. Porém a forma como a reestruturação produtiva tem acontecido no Brasil, leva a concluir que suas “implicações sociais já podem ser avaliadas também como fortemente danosas para os trabalhadores e a sociedade em geral.” (DRUCK, 1995, p. 123).

Já foi dito que, ao longo da história do capitalismo, a tendência recorrente ao mercado de trabalho é a migração de trabalhadores do setor primário para o secundário. Mais recentemente no Brasil, ocorreu outra migração, a saber, do setor secundário para o terciário. Deve-se destacar que é neste setor onde se encontra predominantemente a *nova morfologia* do trabalho. O conceito da *nova morfologia* do trabalho está intrinsecamente ligado à precarização³⁹ do trabalho. Sendo assim, estudos empíricos sobre as mudanças atuais no mundo do trabalho mostram claramente essa precarização através da situação de trabalhadores que “sentiram na pele” as transformações da sociedade salarial e na perda de expectativa positiva na quanto ao seu próprio futuro.

Num ponto de vista, o padrão de acumulação flexível foi uma importante alternativa à crise do fordismo, desestruturando e transformando as bases da sociedade no fordismo. Contudo

³⁹ “O termo precarização foi cunhado, portanto, para dar conta deste processo histórico de mudanças objetivas e subjetivas no mundo do trabalho e no ideário social como um todo.” (BARRETO, 2005, p. 97).

lançou homens e mulheres a novas relações de trabalho, à informalização e ao desemprego por conta da utilização de novos modelos de gestão e organização do trabalho nas empresas. A insegurança passa a reinar num mundo onde o lema é não ter vínculos no trabalho.

A terceirização e o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) têm sido importantes instrumentos na implementação da reestruturação produtiva. Entre o empresariado brasileiro, a terceirização tem sido implementada, essencialmente, para reduzir custos. Ora, o toyotismo põe como prioridade a gestão de qualidade, porém o que se observa no país é o falso dilema entre redução de custos versus “qualidade, produtividade e competitividade”, pois a redução virtuosa de custos surge justamente através de um melhoramento na “qualidade, produtividade e competitividade”.

“O que se pode afirmar, a partir de vários estudos de casos brasileiros, é que se tem priorizado, quase exclusivamente, a redução de custos, em detrimento da qualidade, como forma de adquirir competitividade.” (DRUCK, 1995, p.145).

É neste contexto de precarização que são observados casos bizarros que ocorreram com muitos trabalhadores que, contratados diretamente por uma indústria, foram despedidos e orientados, de forma escandalosa, a serem empregados por uma prestadora de serviço que já é terceirizada da mesma empresa que os despediram.

No universo da *nova morfologia do trabalho* estão empregos precarizados surgidos com a informatização. Como ilustração, toma-se o trabalho de operador de *telemarketing* como exemplo. O *call center* tem se tornado um grande gerador de postos de trabalho e uma porta de entrada para aqueles em busca do primeiro emprego. As pessoas

entram ‘novinhas em folha’ no processo de trabalho e deste saem, muitas vezes ‘mutiladas’. (...) Tendinite, ansiedade, depressão, perda da auto-estima e até síndrome do pânico são doenças que, em menos de dois anos de exercício da função atingem jovens que ainda estão em sua primeira experiência profissional. (CAVAIGNAC, 2011, p.71).

Os problemas físicos são também recorrentes, não surpreendente, muitos destes de origem psicológica. A exigência e constante monitoramento por uma alta produtividade e de qualidade (grande quantidade de ligações e ligações com excelência), tempos reduzidos de intervalo, assédio moral, constrangimento, cobranças e ameaças são o que muito operadores

no dia-a-dia têm de suportar. Por conta da terceirização, os salários são baixos e, como normalmente se vê, os direitos trabalhistas são frequentemente desrespeitados. A consequência disso tudo é alta taxa de rotatividade de trabalho e o surgimento de problemas físicos e psicológicos que perduram mesmo após o desligamento da empresa. O medo de um longo período desempregado, muitas das vezes, tem sido a razão mais importante para muitos não se demitirem do trabalho. Pois boa parte dos trabalhadores são estudantes de faculdades privadas e precisam pagar sua mensalidade a fim de se formar e tentar conquistar um melhor emprego no futuro (CAVAIGNAC, 2011).

Com relação à *nova morfologia do trabalho*, nota-se que a terceirização possui um caráter duplo. Por um lado, as prestadoras de serviço viabilizam acesso ao primeiro emprego de muitos e foram, em 2011, “a[s] campeã[s] na geração de empregos formais: 925.537 vagas, 52% das 1.944.560 com carteira assinada.” (LOFRETA, 2012, A3). Por outro lado, a terceirização se torna o próprio agente da precarização do trabalho como é dito:

Afirmações como “a terceirização é geradora de empregos”, “é através dela que se eleva a eficiência do trabalho”, “é um jeito moderno de gestão e organização da produção” e “é um processo irreversível e um avanço trabalhista” não passam de mitos forjados para tentar acobertar a precarização que não se sustentam à luz dos fatos. (PEREIRA, 2012, A3).

A partir de ambas abordagens, Druck (1995) sintetiza os principais argumentos de ambos os lados, a saber, patronato e trabalhador/sindicato a respeito da terceirização:

- Para o patronato, é uma forma de combate às organizações sindicais, ampliando o controle do capital sobre o trabalho e a produção;
- a grande ameaça é a redução do emprego, pois não ocorre a transferência de postos de trabalho entre as empresas; há uma racionalização na organização do trabalho que reduz o número de trabalhadores necessários para realizar o mesmo trabalho;
- verifica-se a degradação das condições de trabalho nas empresas subcontratadas. Isto é possível de detectar, inclusive, porque existem muitos casos de funcionários que são demitidos e são contratados por terceiras;
- no âmbito das terceiras, constata-se salários menores, inexistentes de benefícios, falta de políticas de treinamento, ritmo de trabalho mais intenso e dificuldades de organização dos sindicatos;
- no caso das empreiteiras ou subcontratadas, em que os funcionários realizam o trabalho dentro das empresas contratantes, ocorrem situações em que eles acabam assumindo funções para as quais não foram contratados, sem qualquer correspondência em termos salariais ou de direitos. Há casos até em que o quadro de funcionários efetivos da empresa é minoritário em relação ao de subcontratados. Observa-se,

também, a existência de discriminação dos trabalhadores efetivos em relação aos de terceiras. (DRUCK, 1995, p. 134).

A afirmação sobre a eficiência das prestadoras de serviço em gerar emprego, parece não se sustentar com uma análise mais profunda. A existência de prestadoras segue o fluxo da geração de empregos a partir de um motor externo. Em outras palavras, ao invés da vaga de emprego ser criada e contratada dentro da própria indústria, por exemplo, onde a necessidade por este serviço surge, é a prestadora de serviço que contrata um novo empregado o coloca nesta indústria. A partir da análise de Pochmann (2011), a análise se amplia:

Pode-se definir a “elasticidade-produto do emprego” como a medida da sensibilidade da alteração do nível de emprego às variações do produto (em notação matemática, $(dN/N)/(dY/Y)$, sendo N =emprego e Y =produto). Como a produtividade média do trabalho para o conjunto da economia tem demonstrado, em média, nas últimas décadas, trajetória declinante, podemos afirmar que, nas décadas mais recentes, uma mesma taxa de crescimento do produto interno bruto cria maior quantidade de empregos do que costumava criar nos Anos Dourados, por exemplo. Deve-se ressaltar que, embora tenha sido verificada uma expansão da produtividade média do trabalho na segunda metade da década de 1990 (especialmente na economia americana), esse indicador ainda encontra-se bastante aquém de seus patamares no anos 1950 e 1960. (POCHMANN, 2011, p. 83).

Ao mesmo tempo em que ele critica a tese do impacto da inserção de “novas tecnologias” como causadora de desemprego, ele também afirma que recentemente não é a o desemprego tecnológico o principal motivo do aumento do desemprego em diversos países. Segundo sua análise, a taxa crescente de desemprego está associada “ao comportamento decepcionante da produção de bens e serviços nesses países” (POCHMANN, 2011, p. 83).

Dessa forma, chega-se à seguinte conclusão: a terceirização, na forma como está inserida na reestruturação brasileira, transfere emprego para as prestadoras de serviço e, com isso, a geração de emprego destas é passiva da necessidade de outras empresas por determinados serviços. Portanto, a criação de novas vagas nas prestadoras de serviço é bastante ligada ao crescimento do PIB, o que desmistifica a falsa ideia de que são as prestadoras de serviço, a partir da sua própria dinâmica, as geradoras de emprego.

No Brasil, o desemprego estrutural e a reestruturação produtiva estão interligados e usados como pressão a favor da precarização. Vê-se que o trabalhador, quando se depara com a massa de desempregados e subempregados, não deseja compor as longas filas de busca por

trabalho, tais trabalhadores aqui ilustrados pelos operadores de *telemarketing*, e é por isso que se submetem à precarização. Portanto, tanto o desemprego estrutural quanto a precarização são faces da mesma moeda, na qual não existe inevitabilidade do processo de terceirização. Pelo contrário, “a terceirização tupiniquim” pode sim ser passível de restituição.

4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI: PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO NA RMS

Neste capítulo pretende-se tratar a trajetória histórica do Pólo Petroquímico de Camaçari, sua importância para a Bahia, como ele está ligado à industrialização, à dinâmica econômica do estado e às novas mudanças qualitativas e quantitativas do emprego com a implementação da reestruturação produtiva.

4.1 INSTALAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

A instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari está situada historicamente no período ditatorial militar, quando a industrialização nacional e regional eram o centro das políticas de cunho desenvolvimentista. Foi nesse período, não coincidentemente, que o país viveu um grande crescimento econômico, marcado principalmente pelo “Milagre Brasileiro”. Este decorreu do desempenho das reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), juntamente com a contribuição do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek e a recessão durante o período do PAEG, os quais deixaram suficiente capacidade ociosa no setor industrial para atender a demanda sem alta pressão inflacionária nos anos de 1967- 1973 – sem contar com a própria conjuntura internacional favorável.

Antes de falar da instalação do Pólo propriamente dita, faz-se necessário, para melhor entendimento, uma contextualização da industrialização baiana.

A inserção da Bahia na industrialização nacional pós-1930 começou com a exploração de petróleo na década de 1950 pela Petrobras, no Recôncavo baiano. Até então, o estado não possuía qualquer indústria de transformação expressiva. Aliás, desde a independência da Bahia, este nunca mais havia conseguido se inserir de forma importante na economia nacional, o máximo que aqui se achava até 1950 eram as indústrias de transformação primárias do cacau para a manteiga, de charutos e uma indústria têxtil que não vingou por muito tempo.

Durante os anos 1960, o processo de industrialização se intensifica não somente na Bahia, mas na região Nordeste. Através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), um grande fluxo de capital foi direcionado para esta região vindo do eixo centro-

sul, a saber, 41,3%, foi absorvida pela Bahia. Estes recursos vieram estimulados principalmente pelos subsídios concedidos – tais como isenção de impostos, terrenos vendidos a preços simbólicos, infraestrutura completa, sistema viário e um porto próprio. Assim, o Centro Industrial de Aratu (CIA) foi instalado com iniciativa do Estado, através de grandes somas e repasse de verba para o capital privado. A Bahia, que apenas possuía a Petrobras, recebeu muitas indústrias dos ramos da metalurgia, extração mineral, mecânica, borracha e química (DRUCK, 1995; OLIVEIRA, F., 2003).

A necessidade de completar o encadeamento produtivo brasileiro fez com que o II PND (1975-1979) fosse implementado. Foi a partir daí que o projeto do Pólo Petroquímico de Camaçari foi posto em prática. Contudo sua idealização é algo mais antiga que se remete à década anterior, a 1962 quando, num primeiro momento, o Complexo Petroquímico da Bahia (COPEB) é instalado com duas unidades produtivas situadas em torno da Refinaria Landolfo Alves de Mataripe.

O modelo tripartite (capital estatal, privado nacional e estrangeiro) possui importância para o processo em questão, pois, a partir do governo de Juscelino, foi adotado pelo Estado com objetivo de superar as deficiências tecnológicas e de recursos financeiros privados, os quais passaram a ser garantidos por empréstimos subsidiados, investimentos em infraestrutura e políticas de incentivo fiscais. Além disso, em 1967, a criação da Petroquisa – subsidiária da Petrobras -, surge para ser um outro vetor de valorização deste setor petroquímico entre o capital nacional e o capital estrangeiro (DRUCK, 1995).

Com a crescente valorização da indústria petroquímica no Brasil e já com o I Pólo Petroquímico existente em Santo André - São Paulo -, construída em 1972, iniciou-se uma disputa inter-regional para implantação de um outro. O resultado dessa disputa foi positivo para a Bahia ao conseguir trazer a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC), depois de um embate político e econômico, no qual a SUDENE entrara com incentivos fiscais e a vantagem da região do Recôncavo possuir uma infraestrutura já existente (DRUCK, 1995).

A nova industrialização do Nordeste, longe de haver sido uma mera estratégia de desenvolvimento regional calcada num modelo de industrialização incentivada (lei 34/18) constituiu-se num momento fundamental do desenvolvimento da acumulação capitalista brasileira,

voltado para a homogeneização do espaço econômico nacional, cuja visibilidade foi dada: i) pela capacidade de resposta à necessidade de ativar o setor de produção de bens de capital, especialmente centrado no Sudeste; ii) pela possibilidade de fazê-lo mediante altas taxas de lucro, onde o 34/18 garantia um amplo subsídio ao custo do capital, permitindo penetrar num espaço não monopolístico com empresas monopolísticas. (CASTRO, 1998, p.443-444 *apud* OLIVEIRA, L., 2003, p. 38).

É importante relacionar esse período de consolidação da industrialização brasileira com o conceito do Fordismo Periférico e da “Onda Longa”. Nota-se que a consolidação do fordismo brasileiro coincide com o período de decadência do fordismo global. Com isso, fica mais evidente a subordinação relativa dos Novos Países Industrializados aos países centrais que, com afã na busca por novos mercados para manutenção de seus lucros de suas companhias, se lançaram nos países periféricos.

A produção do Pólo obteve um ótimo desempenho logo nos seus primeiros anos de funcionamento iniciados em 1978. Sua importância foi reconhecida em todo território nacional por sua grandeza, pois logo no terceiro ano de funcionamento sua produção já equivalia à metade da produção petroquímica brasileira; assim como o maior complexo petroquímico do Brasil, o maior da América Latina e sétimo do mundo (SUAREZ, 1986 *apud* OLIVEIRA, L., 2003).

Pode-se observar, portanto, que o Pólo Petroquímico de Camaçari marca a consolidação de uma nova dinâmica econômica no estado. Isto modificou a estrutura industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS), na qual a indústria tradicional de bens de consumo não duráveis foi substituída por uma produção de bens intermediários articulada com o eixo centro-sul.

Juntamente com esta mudança produtiva, surge uma nova divisão social do trabalho

que perdia a característica de ser reflexo do mercado regional, uma vez que a estrutura industrial implantada não ocorria em função imediata e única do tamanho da população e da renda per capita da região, mas era resultado da redefinição da divisão social do trabalho no Sudeste. (OLIVEIRA, L., 2003, p. 39).

Desde a descoberta de petróleo no Recôncavo com o primeiro impulso à industrialização local, passando pela instalação do CIA até a construção do COPEC, observou-se uma

mudança considerável no mercado de trabalho local e regional se comparado à década de 1940 por exemplo. Houve aumento da população urbana, crescimento de mão de obra especializada mais bem remunerada nas indústrias aqui instaladas e uma melhoria dos salários por conta dos melhores postos de trabalho e por influência indireta desta nova dinâmica. Contudo, pode ser considerado o marco maior dessa sequência de novos investimentos, desde a vinda da Petrobras, a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Estima-se que a força de trabalho empregada durante a construção do COPEC foi em torno de 25.000 pessoas no auge da construção em 1977. O município de Camaçari se tornou um verdadeiro canteiro de obras, do qual participaram muitos trabalhadores com baixa remuneração e qualificação. Logo quando o Pólo Petroquímico começou a funcionar em 1978, surgiu muita oferta de trabalho tanto para engenheiros, técnicos e especialistas como para aqueles que buscavam emprego de baixa qualificação. A partir daí, verdadeiramente o mercado de trabalho da RMS deu um salto, principalmente em Salvador (OLIVEIRA, L., 2003).

Não foi apenas o mercado de trabalho que se modificou, mas também a estrutura urbana das cidades de Salvador e Camaçari. Pode-se dizer que esta modificação foi tanto positiva quanto negativa. Por um lado, o crescimento da cidade de Salvador foi bem acentuado como consequência da nova dinâmica econômica. O aparecimento de uma nova classe média, possuindo um novo padrão de consumo mais elevado, promoveu

Novos investimentos como por exemplo na expansão imobiliária nos bairros de Brotas, Cabula, Paralela e Pituba, na Orla Marítima de Salvador, [na cidade de] Lauro de Freitas e Camaçari. Para os trabalhadores petroquímicos mais qualificados e com elevado nível de renda, Salvador não é simplesmente uma cidade, mas onde eles constroem o seu mundo social e Camaçari é apenas o local de trabalho. (OLIVEIRA, L., 2003, p. 44-45).

Para Camaçari, o COPEC foi a esperança de promoção do crescimento urbano tão positivo quanto aconteceu em Salvador. Por isso, muito se foi planejado e prometido na década de 1980 para garantir que os trabalhadores bem qualificados e de alta remuneração permanecessem na cidade não apenas a trabalho, mas para morar. Como foi dito, isto não ocorreu. A cidade acabou sofrendo com obras mal-acabadas e uma população de baixa renda. Segundo Oliveira (L, 2003), numa pesquisa realizada em 1980, 85% da mão de obra

empregada no Pólo Petroquímico não moravam em Camaçari; numa outra pesquisa em 1986: 71% moravam em Salvador.

Existe uma outra variável que é a imigração para essas cidades e a sua correlação com a intensificação da favelização. Em Camaçari esse processo foi bem mais acentuado relativamente do que em Salvador, em termos de crescimento populacional: na década de 1980 o crescimento anual foi de 4,5% passando de 69.500 habitantes, em 1980, para 113.615 em 1991. Criou-se um cenário marcado pela pobreza e pela decadência urbana. Ao invés do município ser beneficiado diretamente pelo COPEC, o que surgiu foi um setor comercial criado à sombra do Pólo Petroquímico (OLIVEIRA, L., 2003). Em Salvador, observou-se um processo parecido, com a diferença que em esta a economia se beneficiou diretamente com a instalação do Pólo Petroquímico.

A formação do mercado de trabalho na RMS foi fundamentalmente influenciada pela industrialização desse período. O que é importante notar são os pilares sobre os quais este mercado foi formado. A industrialização da região aconteceu com base no capital monopolista, submetida à lógica do eixo centro-sul. Além disso, havia uma raiz escravista colonial e toda uma marca de autoritarismo e violência; uma forte migração “fugida” em busca por liberdade, longe dos “coronéis” do interior, somada a uma grande massa de trabalhadores informais natural da RMS, sem experiência em trabalhos formais de lógica capitalista e a um sindicalismo pouco expressivo. Este cenário resultou num mercado de trabalho fragmentado, segmentado, diferenciado, muito hierarquizado, com baixíssimos níveis de remuneração (DRUCK, 1995). Na verdade, o Pólo Petroquímico foi apenas um grande sonho para não só aqueles do campo, mas também para um grande número de estudantes incentivados a cursarem engenharia ou curso técnico como alternativa de ascensão social: conseguir um emprego estável, uma remuneração acima da média, adentrar numa empresa moderna e reconhecida.

O Modelo de Substituição de Importação, mesmo com sua grande ampliação de vagas no emprego formal tipicamente capitalista e um forte impulso dado ao crescimento da renda do país, não foi suficiente em oferecer vagas de trabalho a fim de absorver toda a população economicamente ativa. Com isso, houve o surgimento de um excedente de mão-de-obra inseridos em trabalhos organizados em pequena escala.

Observa-se, como aponta Segnini (2001), que o mercado de trabalho no Brasil jamais conseguiu generalizar o emprego formal para o conjunto de sua população; pelo contrário, criou-se no país “um mercado altamente flexível, com situações diferenciadas, desiguais e, em grande medida, precárias.” (SEGNINI, 2001). Ou seja, não se fundou neste país um pacto social que garantisse um pilar de direitos para a maioria de sua população. (BARRETO, 2005, p.148-149).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO E O NOVO-TRABALHADOR NO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

A produção em uma petroquímica é conhecida por ser fundamentalmente uma indústria de processo contínuo. Este tipo de produção é caracterizado por três dimensões: tecnológica, econômica e organização do trabalho e da mão-de-obra.

Em relação à dimensão tecnológica, o processo produtivo é resultado de uma série de reações físico-químicas, na qual em diversos momentos do processo não é possível identificar as partes justamente por ser um processo contínuo; os equipamentos e máquinas são todos interligados através de uma rede complexa de dutos com o propósito de garantir o recebimento, processamento e envio de matéria-prima à outra etapa ininterruptamente; e o controle do processo é garantido através de operadores que continuamente supervisionam o desempenho das máquinas, preparados para acionar a manutenção a qualquer sinal de mau funcionamento. Duas outras formas de controle do processo é a sua automatização por *softwares* ou por uma sala central de controle onde são recebidas as informações de todo processo.

Com relação às características econômicas, a produtividade no processo contínuo é muito mais dependente do desempenho das máquinas do que do trabalhador. Por isso estudos mostram que este processo não tende a utilizar as práticas tayloristas. Além disso, numa indústria que é mais capital intensiva, a tendência do emprego é ser mais estável, remunerar mais e oferecer mais benefícios sociais (FERRO *et al.*, 1991 *apud* DRUCK, 1995, p. 157).

No que concerne à organização do trabalho, as intervenções humanas se resumem à monitoração, controle e manutenção de máquinas e equipamentos e algumas atividades de apoio. É importante destacar que, mesmo com o trabalho humano possuindo tais funções, de maneira nenhuma é considerado uma função disponível ou desimportantes. É o trabalhador e

não a máquina que possui a sensibilidade prever problemas e de realizar manutenção. Um outro ponto importante para esta argumentação é que uma falha na produção pode significar enormes prejuízos para a empresa e o interrupção de fornecimento de matéria-prima para a próxima etapa.

No Pólo Petroquímico de Camaçari, percebe-se que há uma grande similaridade com o que já foi dito acima. As empresas estão interligadas por uma rede de dutos cuja origem da distribuição é a Copene Petroquímica do Nordeste, cuja matéria-prima derivados do petróleo provém da Refinaria Landulfo Alves Mataripe em Madre de Deus. Um fato interessante é a ligação por um etenoduto do COPEC até Pólo Cloroquímico de Maceió de 400 km de extensão. Ademais, o COPEC se beneficia pela sua localização, com possibilidade de escoar sua produção através dos portos de Salvador, Madre de Deus (Petrobras) e Aratu (OLIVEIRA, L., 2003).

O regime de trabalho no COPEC difere muito do padrão de organização que havia na Bahia até antes de seu funcionamento em 1978, pois, ao contrário do COPEC, as fábricas já aqui existentes eram de mão-de-obra intensiva. O regime de trabalho no COPEC se caracterizava pelo fordismo por dois principais motivos: i) emprego formal com carteira assinada e remuneração acima da média; ii) o “*Welfare State* empresarial” significando que o trabalhador tem acesso a determinados benefícios como serviços de saúde, empréstimo, transporte e clubes de recreação, por exemplo, integralmente pagos pela empresa.

Além dessas principais características, é válido dizer que concomitante à prática fordista há certas práticas tayloristas de gestão de trabalho despótico e autoritário expressas na separação entre engenheiros e operadores – “entre concepção e execução” (OLIVEIRA, L., 2003). Essas novas práticas utilizadas tentaram criar um conjunto homogêneo de trabalhadores cuja identidade gira em torno das pretensões fordistas. Porém nesse mesmo intento de homogeneizar acaba-se fragmentando: um mundo dos trabalhadores incluídos e dos excluídos.

Dessa forma, pergunta-se: quais são os traços gerais do trabalho e do trabalhador no Pólo Petroquímico?

- 1) trata-se de um trabalho com elevado nível de escolaridade com formação em nível médio técnico ou superior;
- 2) é um trabalho onde o compromisso e a atenção do trabalhador são particularmente indispensáveis para assegurar o processo de produção dada a complexidade tecnológica e altos investimentos aplicados nas plantas;
- 3) é um trabalho cuja produtividade é mais elevada que a do parque industrial, principalmente para o conjunto das indústrias de transformação na Bahia;
- 4) o risco e a periculosidade faz parte do cotidiano do trabalho no Pólo, seja pelo perigo que cada trabalhador está exposto na atividade que exerce junto ao posto de trabalho, ou pelo risco de acidentes no conjunto de plantas que compõe o Pólo (...);
- 5) trata-se de um trabalho cuja jornada de trabalho se realiza em regime de turnos que diferencia os trabalhadores petroquímicos da maioria dos trabalhadores locais. (OLIVEIRA, L., 2003, p. 52).

4.3 DO FORDISMO À PÓS-MODERNIDADE FABRIL: UMA INVESTIGAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI E SUAS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

Enquanto no mundo, a década de 1980 foi um marco para o fim do fordismo, dos “anos dourados” do capitalismo e do Estado de Bem-estar, a Bahia vivenciou o processo inverso. Foi nesta década que o fordismo se consolidou na região, na qual o Pólo Petroquímico de Camaçari teve um grande papel na industrialização local e regional. Contudo a sua prosperidade não durou por muito tempo devido às novas circunstâncias, a começar pela queda de sua produtividade. Houve uma reestruturação dos mercados no setor químico e petroquímico com novas condições de competitividade; além da estagnação econômica do país e uma quase hiperinflação.

Somado a isso, no final dos anos 1970, o sindicalismo brasileiro foi reestruturado através de um processo de questionamento de sua estrutura. Um novo ímpeto criou novas centrais sindicais como forma de melhor articular os sindicatos entre si. A Bahia se integra a este processo no qual a Sindiquímica passa a ter papel estratégico no COPEC. Não por acaso, dado todo este contexto, o resultado disto foi uma greve em 1985 realizada pela mesma cujas reivindicações foram melhores condições de vida e de trabalho.

Portanto,

A situação das empresas brasileiras instaladas no COPEC se complica. As práticas mais predominantes de gestão de trabalho não estavam garantindo

os mesmo níveis de produtividade obtidos inicialmente. Era necessário um conjunto de mudanças nestas práticas a fim de reduzir custos, obter melhor qualidade e maior produtividade. As empresas químicas e petroquímicas da Bahia começaram a entrar na “era da qualidade”, através da implementação de práticas do modelo japonês ou de qualidade total. (DRUCK, 1995, p. 178).

A partir da década de 1980, a acumulação flexível no Brasil e na Bahia são acompanhados pela maior organização entre os trabalhadores em sindicatos, com capacidade de combativa. Através desta organização fabril, muitas greves foram realizadas, como a operação tartaruga e piquetes nas portas das fábricas. Percebe-se neste momento que uma confluência de fatores macroeconômicos, tais quais a perda de competitividade e o crescimento da insegurança trabalhista, pintam o quadro devastador para os trabalhadores, pois, como diz o ditado popular, a corda sempre arrebenta na parte mais fraca.

Na década de 1990, esse quadro se torna mais grave com a entrada do Brasil na era neoliberal no governo de Fernando Collor, no qual vivenciou-se a abertura comercial a redução das alíquotas de importação, a desregulação econômica e as privatizações, resultado deestruturação na cadeia produtiva dos produtos petroquímicos. Nesse período, o mercado mundial se encontrava com excesso destes produtos petroquímicos os quais invadiram todas as economias por dois motivos: primeiro porque havia excesso de oferta num contexto em que os principais consumidores desses produtos (Japão, EUA e Europa Ocidental) estavam com as economias desaquecidas; e segundo motivo é derivado da primeira explicação: a queda nos preços internacionais de produção alcançado pelo excesso de oferta e pela reestruturação produtiva já fortemente implementada nesses países. Enquanto isso, a Bahia retrocedeu por uma diminuição do ritmo da produção e por um fordismo já desgastado, fazendo com que em 1991 o mercado petroquímico brasileiro diminuísse em um bilhão de dólares (GUERRA, 1994 *apud* DRUCK, 1995). O resultado disso foram incorporações, privatizações e fusões de empresas no Pólo Petroquímico de Camaçari.

As consequências deste cenário foram péssimas para os trabalhadores. As filas do desemprego, a crescente incerteza da permanência do emprego, somado às necessidades por respostas rápidas por parte do patronato e às novas exigências do mercado competitivo fizeram com que o regime fordista fosse rapidamente descartado e substituído por uma acumulação flexível.

Como consequência, os sindicatos também foram afetados pela constante ameaça do desemprego, na qual a resistência operária se tornara enfraquecida. Além disso, segundo Druck (1995),

os sindicalistas se sentiam subjetivamente derrotados com o resultado das eleições para presidente, quando, pela primeira vez na história do país, um operário sindicalista, com grande liderança de massa se tornara candidato e, por uma pequena margem de votos no segundo turno das eleições, havia sido derrotado. (DRUCK, 1995, p. 180).

Os primeiros impulsos na implementação do toyotismo no Brasil ocorreu no final dos anos 1970, principalmente pela introdução dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Anos depois, em meados dos anos 1980, outras modalidades toyotistas são inseridas, tais quais o *just in time*, programas de qualidade total e controle estatístico de processo. Na utilização deste último, se destaca a indústria automobilística. Contudo, foi na década de 1990 que o toyotismo se generalizou, com a adoção indiscriminada da terceirização, servindo como ponta de lança do processo. Neste contexto, a Bahia se insere rumo à pós-modernidade organizacional fabril.

Antes de se aprofundar na inserção da acumulação produtiva no COPEC, é de muita valia esclarecer tal ponto. A utilização da abstração na análise de um determinado fenômeno através de uma teoria das ciências humanas nunca se encaixa perfeitamente na realidade. Algo parecido ocorre quando se fala do padrão toyotista de gestão de trabalho. A teoria diz que os pilares principais que caracterizam o toyotismo giram em torno do aumento da competitividade através do aprimoramento da qualidade do produto, aumento da produtividade, redução de custos e funcionários polivalentes engajados na cultura empresarial. Entretanto, no Brasil, mais especificamente no Pólo Petroquímico de Camaçari, estudos mostram uma distorção da versão consagrada do toyotismo, apoiada muito mais na redução de custos para se alcançar uma maior nível de competitividade, do que no aprimoramento da qualidade do processo de produção ou aumento virtuoso da produtividade.

Em 1993, em pesquisa realizada em 44 empresas do complexo petroquímico de Camaçari, computava-se 15.517 empregados. (...) Um quadro que já indicava a tendência no início dos anos 1990: a redução do pessoal empregado diretamente. No período 1992-98, houve uma redução de 40% no número de empregados no complexo petroquímico, agrupando neste último ano um total aproximado de seis mil trabalhadores, que representavam apenas 30% do número de empregados em meados dos anos 1980.

Esse brutal encolhimento do número de empregados nas empresas do complexo petroquímico foi resultado do processo de reestruturação produtiva sustentado na flexibilização do trabalho, viabilizando principalmente pela implementação generalizada dos programas de qualidade total e da terceirização. Em 1993, de um universo de 39 empresas químicas e petroquímicas, 38 recorriam à terceirização e 35 tinham programas de qualidade total, sendo que 85% iniciaram a sua implementação a partir de 1990. Ao lado disso, a maioria das empresas havia sofrido extinção ou fusão de setores, redução de níveis hierárquicos, extinção de cargos, contratação de serviços especializados (terceirização) e redução na política de benefícios de pessoal. Sendo que 92% das empresas declararam ter reduzido o número de empregados efetivos.

Uma década após, o quadro mais recente revelado por empresas pesquisas em 2004 indica a continuação do mesmo padrão de gestão e organização do trabalho iniciado no início dos anos 1990, mas agora consolidado e amplificado através de algumas inovações que completam as práticas do “modelo japonês” ou toyotismo na indústria da Bahia. (DRUCK; FRANCO, 2012, p. 100 -101).

Isso quer dizer que desde os anos 1990

O encolhimento do número de empregados no setor, que não se deveu a um aprofundamento da natureza de seu processo técnico de produção, intensivo em capital, ou seja, do avanço da automação, mas sim à generalização – de forma indiscriminada – da externalização de atividades através da terceirização em todas as áreas e de um processo de concentração do capital, via incorporações e fusões de empresas e de uma radical privatização do setor petroquímico. (DRUCK; FRANCO, 2012, p. 101).

A terceirização não é uma prática exclusivamente toyotista, havendo casos desde o século XIX, contudo o toyotismo amplificou enormemente seu uso. Sempre foi dito que a terceirização deve ser usada pela empresa a fim de ela focar na qualidade e produtividade fim da empresa. No entanto, o que se vê no Pólo Petroquímico é sua utilização como instrumento de precarização em diversas dimensões do trabalho. Segundo Druck (1995), a atividade de manutenção no COPEC foi muito descaracterizada pela terceirização destes trabalhadores. Todavia o curioso é que a atividade de manutenção é considerada atividade nuclear e portanto atividade primordial e estratégica na empresa.

Com efeito, a Qualidade Total e terceirização pregam a importância tanto da qualidade produtiva quanto da empresa em manter o controle direto da atividade nuclear, pois qualquer defeito no equipamento pode comprometer os lucros da empresa. Contraditoriamente a sua implementação no COPEC tem visado a redução de custo em detrimento da qualidade. Com essa brecha, pergunta-se: como é possível a empresa assegurar a qualidade da produção se os

são os trabalhadores terceirizados que estão sendo fortemente utilizados na atividade fim e que, por definição, estão sob os cuidados de terceiros e, portanto, a chance deles possuírem treinamento e instrução aquém do nível exigido é muito alto?

Percebe-se que a implementação da flexibilização do trabalho e da terceirização se abrem em dois flancos que se complementam e se justificam, a saber, o desemprego e a precarização. Em relação ao desemprego, no capítulo anterior foi dito que ainda existe o argumento que diz que a substituição de um trabalhador efetivo da empresa por um terceirizado de fato mantém um mesmo contingente empregado; todavia, pesquisas mostram o contrário, que a terceirização vem acompanhada por um processo de concentração do capital, por meio de fusões de empresas e por radical privatização do setor petroquímico. Esse processo tem impactado na diminuição de estratificação hierárquica⁴⁰, cuja consequência é a extinção de postos de trabalho. Em outras palavras, esse processo descrito resulta no aumento líquido de desempregados que, ao perder seu emprego, muitas das vezes, necessitam recorrer a trabalhos informais e precarizados – sem vínculo empregatício.

O que a terceirização esconde é o intuito da empresa em abolir todo o vínculo empregatício – assim como seus custos econômicos, sociais e políticos. Em outras palavras, querem reduzir custos ao não precisarem mais pagar todos os direitos trabalhistas, os quais ficam a cargo dos próprios trabalhadores. Neste afã, duas novas modalidades de terceirização tem sido usadas, quais sejam: as cooperativas de mão de obra e as microempresas individuais “do eu sozinho” (DRUCK; FRANCO, 2012).

A reestruturação produtiva, portanto, está vinculada com o desemprego, a flexibilização, a terceirização e a precarização. A consequência disso tem sido a desigualdade social, exclusão e desagregação coletiva dos trabalhadores. Com relação à terceirização, nos últimos anos, tem sido uma das maiores causas de processos trabalhistas por causa da falta de pagamento dos direitos trabalhistas, acidentes de trabalho (pois são submetidos a atividades de maior risco) e assédio moral⁴¹.

⁴⁰ Por isso que os setores que oferecem a maior resistência contra a terceirização são: “chefias imediatas, 43%; gerência e supervisão, 35%; chefias intermediárias, 29% e os empregados em geral, apenas 7%”. (DRUCK, 1995, p. 194).

⁴¹ “DRUCK, em pesquisa no início dos anos 1990, tirou conclusões sobre a quádrupla precarização do trabalho advinda do processo de terceirização: 1) do emprego (e do mercado de trabalho); 2) das condições de trabalho (do processo de intensificação do trabalho e dos riscos); 3) da saúde do trabalhador (maior exposição aos

Para Castel (1998), três pilares explicam o emprego e o mercado de trabalho na acumulação flexível: i) *desestabilização dos estáveis*, pois boa parte da classe operária e da classe média assalariada tem perdido o emprego; ii) *instalação da precariedade*, significando que aqueles que perderam o emprego também perdem uma gama de benefícios garantidos pelo vínculo empregatício, além de serem expurgados na informalidade ou no desemprego; iii) *déficit de lugares ocupáveis* onde pessoas possam trabalhar em alguma atividade útil e que portanto possam garantir algum reconhecimento público (BARRETO, 2003). Nesse sentido, essa caracterização se encaixa bem ao processo vivido pelo Pólo Petroquímico de Camaçari e pela Região Metropolitana de Salvador.

A partir da análise sobre a terceirização chega-se à conclusão de que ela não conseguiu compensar o corte de trabalhadores feita por empresas que continuam aderindo à terceirização, muito pelo contrário, o resultado foi o aumento do desemprego e da precarização.

Com efeito, na RMS observou-se que, na década de 1990, seguindo-se o padrão de quase todas as regiões metropolitanas, houve um grande aumento do desemprego aberto, ao qual se inserem “o aumento dos contingentes de ocupados com vínculo empregatícios precários” (BORGES; DRUCK, 2002) e os desempregados propriamente dito. Acompanhando essa mudança, houve o aumento do número de ocupados no setor de serviço, vinculado à terceirização da economia.

O resultado prático desse processo é que o trabalhador entra numa situação muito desconfortável entre o desemprego, a precarização e a informalidade. Parece que não sobra alternativa senão encarar a sua precarização a fim de poder sustentar a si e a sua família. Enquanto o patronato garante o crescente lucro, o trabalhador passa por um drama psicológico: a desvalorização de seu trabalho e a perda da dignidade advinda de uma sociedade capitalista, na qual o que vale é muito mais aparência do que essência.

acidentes e adoecimentos); 4) dos sindicatos (pela fragmentação e pulverização da organização sindical e seu enfraquecimento).” (DRUCK; FRANCO, 2012, p. 116).

5 CONCLUSÃO

À luz do que foi exposto nesse trabalho, as mudanças advindas da crise do fordismo/keynesianismo possuem um importante peso na implementação da toyotismo. A reestruturação produtiva não deve, contudo, ser interpretada por um mero economicismo segundo o qual as decisões políticas são deixadas em segundo plano ou, muitas vezes, desconsideradas. A coligação entre a reestruturação produtiva, neoliberalismo e globalização perpassa fortemente pela questão política, viabilizada pelo contexto econômico. Em suma, esse cenário retrata, em alguma medida, a razão pela qual a reestruturação produtiva em diferentes locais transformou (precarizou) em maior ou menor grau as relações de trabalho.

No Brasil, a reestruturação produtiva tem sua maior implementação no final da década de 1980 e início de 1990, possuindo um caráter bastante hostil frente ao trabalhador da indústria de transformação. As primeiras duas técnicas utilizadas para a sua inserção foram os Círculos de Controle de Qualidade e o *Just in Time*, contudo é a generalização do uso da terceirização que realmente marca o processo de implementação da reestruturação produtiva no país. Nesse caso, percebe-se que esta anda acompanhada pela precarização, informalização e desemprego.

Quanto à Bahia, pode-se dizer que os trabalhadores sofrem ainda mais do que se comparado aos do eixo sul, pois o reflexo da história ainda pesa sobre eles. O passado de autoritarismo da escravidão, do preconceito e da industrialização recente fornecem explicação para isso. Isto é, com a consolidação do fordismo e o início da reestruturação produtiva, os trabalhadores terceirizados tem carregado uma marca sobre si de, além do preconceito dentro da própria fábrica – como diz Barreto (2005) -, baixos salários, perda de identidade do trabalho, segregação, maior exposição aos riscos com equipamento de segurança inadequado, maior quantidade de acidentes de trabalho, perda de direitos trabalhistas e maior quantidade de processos trabalhistas contra a empresa. Por trás do discurso positivo sobre a terceirização, qualidade total e pela busca por uma maior produtividade, encontra-se um “quadro acinzentado”, pintado pela reestruturação produtiva no qual o trabalhador aparece como figura borrada e de cores desbotadas.

No final de 2011, a terceirização debatida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) como tema de audiência pública por já ser considerada uma questão que extrapola o campo empresarial. Para se ter uma ideia, hoje existem em torno de cinco mil recursos tramitando no

TST e outros milhares de processos em andamento na Justiça do Trabalho nos quais deve-se discutir, até mesmo, a legalidade da terceirização da mão-de-obra.

Com isso, o tema estudado está em debate e é objeto de estudos de muitos pesquisadores que procuram entender e expor, não somente os pontos positivos, mas as mazelas trazidas a partir da forma como a reestruturação produtiva tem atuado.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Unicamp, Campinas. 1998.

ALVES, Hayda; ESCOREL, Sarah. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p. 99-116, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312012000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETO, Theo da Rocha. **A Precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais**: o trabalho flexível nas ruas de Salvador. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 2003.

_____. **Trabalhadores informais e desempregados**: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 2005.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOITO JR. A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n.3, 1996. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/sociologia/artigos/CM3armando.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2012.

BORGES, Ângela; DRUCK, Graça. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**. Salvador, v.15, n.37, p.111-139, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=132>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

CASTRO, N. A. Novo operariado, novas condições de trabalho e novos modos de vida nas fronteiras do moderno capitalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES POPULACIONAIS, 6., Olinda, 1988. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988. p. 437-480. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V02A13.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

CAVAIGNAC, M. D. Precarização do trabalho e operadores de telemarketing. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 47-74, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4752>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CORIAT, B. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, H. (Org). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 79-91.

COUTO, J. M.; FREITAS, C. E.; COUTO, A. C. L. A visão clássica da ameaça do desemprego tecnológico. **A Economia em Revista**, Maringá, v.17, n.1, p.5-16, 2009.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/13066/8016>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. **Série Estudos e Pesquisa**, Salvador, v. 86, p. 29-42, 2010.

DRUCK, M. G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Unicamp, Campinas, 1995.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Terceirização e precarização: o binômio antissocial em indústrias. In: _____. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2012. cap. 3, p. 97-118.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do plano real**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa . Afinal , quem são os desempregados na RMS?. **Série Estudos e Pesquisa**, Salvador, v. 62, p. 37-54, 2003. Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1184&Itemid=110>. Acesso em: 18 fev. 2013.

FIORI, J. L. As palavras e as coisas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1994. Cad. 6, p.3. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1994/08/14/72/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

FLEURY, A. C. Novas tecnologias, Capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro. In: HIRATA, H. (Org.) **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HIRATA, H. (Org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

HUMPHREY, J. Adaptando o “modelo japonês ao Brasil. In: HIRATA, H. (Org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

HUSSON, Michel; LOUÇÃ, Francisco. **Late capitalism and neo-liberalism**: a prespective on the current phase of the long wave of capitalist development. Disponível em:

<http://www.sociostudies.org/almanac/articles/late_capitalism_and_neoliberalism_a_perspective_on_the_current_phase_of_the_long_wave_of_capitali/>. Acesso em: 05 mar. 2013.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-67.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.10, n. 2, p. 303-335, 1989. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1381/1745>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

LOFRETA, Paulo. Criando empregos e respeitando a lei. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 2012. Tendências / debates, p. A3.

MARTINS, Graciane Prim. **Desemprego estrutural na era da globalização**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – CSE, UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia295527>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NERY, T. **A economia do desenvolvimento na américa latina**: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - IRI, PUC, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0210275_04_cap_02.pdf>. Acesso em: 29 nov.2012.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Katálysis**, Florianópolis, v.13, n.2, p. 276-283, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/15.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Seguro no emprego? quem está?**: a “desestabilização dos estáveis” do Pólo Petroquímico de Camaçari nos anos 90. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 2003.

OSAWA, M. Transformação estrutural e relações industriais no mercado de trabalho japonês. In: HIRATA, H (Org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993. p. 163-188.

PEREIRA, Miguel. O trabalhador como mercadoria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 2012.). Tendências / debates, p. A3.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber Livros, 2011.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

SILVA, E. B. Refazendo a fábrica fordista? – tecnologia e relações industriais no final da década de 1980. In: HIRATA, H. (Org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993, p. 151-189.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, M. H. Salários, dualismo e desemprego estrutural. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.17, n.4, p.27-75, 1963. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewArticle/1802>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.22, n.77, p.71-99, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7046.pdf>>. Acesso em 07 de mar. de 2001.

WANDERLEY, Carlos Ferreira. **Crítica aos empreendimentos de economia solidária: sob o aspecto da precarização da força de trabalho no Maranhão de 2003 a 2012**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, UFMA, São Luís, 2012. Disponível em: <http://www.tedebr.ufma.br/tde_arquivos/23/TDE-2013-01-18T095241Z-712/Publico/DISSERTACAO%20CARLOS.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

WOOD, S. Toyotismo e/ou japonização. In: HIRATA, H (Org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993, p. 49-77.